

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA COM
ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM
UNIDADES DE INTERNAÇÃO**

Ariane Rico Gomes

São Carlos- SP

2021

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA COM
ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM
UNIDADES DE INTERNAÇÃO**

Ariane Rico Gomes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Comportamento e Cognição

Orientador: Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa

São Carlos- SP

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Ariane Rico Gomes, realizada em 31/08/2021.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa (UFSCar)

Profa. Dra. Jana Gonçalves Zappe (UFSCar)

Profa. Dra. Marina Rezende Bazon (USP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Financiamento



Dissertação financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- (CAPES; Processo 88887.357758/201900 vigente de 01/05/2019 a 30/06/2021) por meio de bolsa de Mestrado concedida a Ariane Rico Gomes. A pesquisa foi desenvolvida no Laboratório de Análise e Prevenção da Violência- LAPREV.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por estar ao meu lado nos melhores e piores momentos da vida, sorrindo e chorando comigo. Obrigado por todas as dicas, conselhos e pela preocupação.

Ao meu pai e principal torcedor, o maior “pai coruja” desse Brasil. Obrigado por todas as ligações antes de dormir, por sempre apoiar meus sonhos, pela preocupação e trabalho duro para que eu pudesse estudar em outra cidade desde a graduação. Também por se orgulhar de cada conquista e por trilhar comigo um caminho que não foi permitido a você.

À minha irmã, tia e avó, pelas palavras de apoio em momentos de dúvidas. À minha prima e mentora, que foi meu exemplo de mulher fazendo ciência e uma inspiração para aquilo que considero minha maior paixão: a pesquisa.

Aos meus amigos e amigas, pelo suporte. Foram muitos sorrisos, choros, abraços, conversas e comidas caseiras. São o maior exemplo de que as conquistas individuais são trilhadas coletivamente. E que, com a rede apoio fortalecida, podemos muito mais!

Ao meu orientador e professor, Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa, que me ensinou o caminho da pesquisa fora dos laboratórios e dentro da comunidade, seguindo, entretanto, com rigor e disciplina, o método científico. Além de um docente exemplar, é um sonhador e aventureiro, capaz de apoiar nossas ideias mais ambiciosas e oferecer suporte nos momentos mais difíceis.

A todos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSCar, pela dedicação e empenho para manter vivo o tripé da universidade: o ensino, a pesquisa e extensão, pautados na ética profissional e nos direitos humanos. Ao secretário do programa, Juan, pela sua paciência, solicitude, e, principalmente, pela empatia. Agradeço também ao Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV), que, desde sua criação, mantém a preocupação em aproximar os pesquisadores de populações vulneráveis e, muitas vezes, esquecidas,

tratando a temática da violência com extrema seriedade e dedicação. Não é uma tarefa fácil, mas seguimos na luta por uma sociedade menos violenta.

À Fundação CASA – instituição responsável pelo cumprimento de medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade no estado de São Paulo – que buscou derrubar os muros do estigma e preconceito, e permitiu a aproximação da universidade e comunidade, a fim de construir conjuntamente ações cada vez mais efetivas em favor da juventude brasileira.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar este estudo, possibilitando sua realização. Para além, agradeço por contribuir com minha formação como pesquisadora desde 2018.

SUMÁRIO

Resumo	1
Lista de Anexos	3
Lista de Siglas	4
Apresentação	5
Estrutura geral da dissertação	8
Estudo 1- A Psicologia Brasileira e a Produção do Conhecimento no Contexto Socioeducativo: Uma Revisão Sistemática da Literatura	10
Introdução.....	11
Método.....	16
Resultados.....	17
Discussão.....	28
Considerações Finais.....	31
Referências.....	33
Estudo 2- Caracterização dos Profissionais da Psicologia Atuantes em Unidades de Internação: Formação, Conhecimento de Diretrizes e Perfil de Atuação	39
Introdução.....	40
Método.....	44
Resultados.....	48
Discussão.....	55
Considerações Finais.....	60
Referências.....	61
Considerações Finais	66
ANEXOS	69

Rico, A. (2021). *Análise Sobre a Atuação De Profissionais da Psicologia com Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Unidades de Internação*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. 91pp.

Resumo

Desde a criação do SINASE, os profissionais da psicologia foram designados como parte da equipe mínima no atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Assim, era esperado um aumento, tanto no número de profissionais atuantes nesse segmento quanto nas produções científicas da área, que fundamentam a atuação. Com base nestas considerações, esta pesquisa foi dividida em dois estudos. No estudo 1 foi realizada uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) com o objetivo de analisar as produções científicas brasileiras na área da psicologia, com respeito à temática da socioeducação, desde a criação do SINASE (2006) até o ano de 2020. Foram encontrados 26 estudos, sendo a maioria transversais-exploratórios, majoritariamente desenvolvidos nas regiões Sudeste e Sul e com foco nos adolescentes em unidades de internação. Destacou-se a falta de estudos acerca de intervenções validadas cientificamente e estudos longitudinais. Além disso, ficou evidenciada a necessidade de investimento da ciência psicológica em outras regiões do país, tendo em vista que as trajetórias infracionais podem variar de acordo com o contexto em que o adolescente está inserido. Já no Estudo 2 buscou-se caracterizar o perfil dos profissionais da psicologia atuantes em unidades de internação no estado de São Paulo, bem como verificar o conhecimento desses profissionais acerca das diretrizes que embasam suas práticas e a percepção destes sobre a própria atuação. Para tanto, foi construído um questionário autoaplicável, ministrado via *Google Forms*, constituído por 4 seções, a saber: 1) dados sociodemográficos (como gênero, idade, renda, tempo de atuação), 2) formação superior (tipo de IES, tempo de formação, pós-graduação), 3) Conhecimento teórico e prático das diretrizes de atuação (SINASE, 2006; 2012 e CFP, 2010) e 4) percepção sobre a própria atuação profissional. O questionário passou por validação de conteúdo, sendo mantidos 51 itens referentes às duas últimas seções. Responderam ao instrumento 93 profissionais da psicologia atuantes em unidades de internação no estado de São Paulo. A maior parte da amostra foi constituída por mulheres, com idade média de 43,3 anos, formadas em IES privadas e contratadas via concurso público. Os participantes obtiveram altos escores, tanto no conhecimento acerca das diretrizes para a atuação quanto na percepção sobre o trabalho realizado. Não foram encontradas diferenças significativamente estatísticas quando analisados os sociodemográficos conjuntamente com os itens que verificavam os níveis de conhecimento sobre os documentos oficiais e percepção da qualidade do trabalho desenvolvido na instituição. Estes achados podem indicar que o ingresso por meio de concursos públicos, a busca pela qualificação profissional e salários mais atrativos para a carreira na socioeducação (quando comparado a outros contextos de atuação da categoria) podem ser condições que favorecem a constituição de equipes de profissionais de psicologia com mais embasamento teórico e com percepções mais positivas em relação ao trabalho que desempenham. Complementarmente, discute-se, nesta dissertação, limitações identificadas no processo investigativo, bem como aponta-se para estudos futuros que podem ser realizados no escopo desta temática.

Palavras-chave: Psicologia, adolescentes, socioeducação, internação

Rico, A. (2021). *Análise Sobre a Atuação De Profissionais da Psicologia com Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Unidades de Internação*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. 91pp.

Abstract

Since the creation of SINASE, psychologists have been designated as part of the minimum team in the care of adolescents in compliance of socio-educational measures. Thus, an increase was expected, both in the number of professionals working in this segment and in the scientific productions in the area, which underlie the performance. Based on these considerations, this research was divided into two studies. In Study 1, a Systematic Literature Review (SLR) was carried out in order to analyze Brazilian scientific production in the field of psychology, with respect to the theme of socio-education, since the creation of SINASE (2006) to the year 2020. Twenty-six studies were found, the majority being cross-sectional exploratory, mostly developed in the Southeast and South regions, and focusing on adolescents in inpatient units. The lack of studies on scientifically validated interventions and longitudinal studies was highlighted. In addition, the need for investment in psychological science in other regions of the country was evidenced, considering that the criminal trajectories can vary according to the context in which the adolescent is inserted. In Study 2, we sought to characterize the profile of psychology professionals working in internment units in the state of São Paulo, as well as to verify the knowledge of these professionals about the guidelines that support their practices, and their perception of their own performance. For this purpose, a self-administered questionnaire was built, administered via Google Forms, consisting of 4 sections, namely: 1) sociodemographic data (such as gender, age, income, length of experience), 2) higher education (type of university time of training, post-graduation), 3) Theoretical and practical knowledge of the guidelines to professional practice (SINASE, 2006; 2012 and CFP, 2010) and 4) perception of their own professional performance. The questionnaire underwent content validation, with 51 items referring to the last two sections. The instrument was answered by 93 psychology professionals working in internment units in the state of São Paulo. Most of the sample consisted by women, with an average age of 43.3 years, graduated in private universities and hired through public examination. Participants obtained high scores, both in knowledge about the guidelines for action and in their perception of the work performed. The need for studies in different regions of the country is discussed, as well as the importance of the topic of socio-education in psychology training.

Keywords: Psychology, adolescents, socio-education, internment.

Lista de Anexos

Anexo A- Termo de Responsabilidade com a Instituição de Coleta.....	69
Anexo B- Parecer do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos.....	70
Anexo C- Convite para avaliação de conteúdo do instrumento.....	74
Anexo D- Planilha de avaliação do instrumento.....	76
Anexo E- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	83
Anexo F- Questionário de Atuação e Percepção do trabalho realizado em Unidades de Internação.....	85

Lista de Siglas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CFP – Conselho Federal de Psicologia

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IES – Instituição de Ensino Superior

MSE- Medidas Socioeducativas

ONG- Organização Não-Governamental

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

Apresentação

A ideia que originou este estudo surgiu de diversas inquietações acerca *do que era* o sistema socioeducativo e de *quem eram* os profissionais da psicologia dentro desse sistema. Tais inquietações foram nutridas ao longo de minha¹ trajetória acadêmica, pois, assim como muitos estudantes, entrei no curso de psicologia sem muito conhecimento prévio sobre mercado de trabalho, políticas públicas e sobre direitos sociais, em geral.

Durante a graduação, me deparei com uma questão, ainda muito corriqueira: a necessidade de escolha entre ser pesquisadora ou profissional atuante na área. Essa ideia do profissional alheio às produções científicas e do cientista afastado da realidade social sempre me afligiu. Ainda mais angustiante foi receber o diploma com o sentimento que eu sabia muito acerca das bases epistêmicas das teorias psicológicas, mas quase nada da prática da psicologia fora do contexto da clínica tradicional.

Nesse sentido, os estágios realizados durante a graduação foram fundamentais para que eu começasse a me questionar sobre quem eu gostaria de ser, em termos profissionais. Tive a oportunidade de atuar em um CAPS e me deparei com a realidade das pessoas que (sobre)vivem em situação de rua. Depois, atuei com crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial em um projeto social, encontrando um modo de vida permeado pela violência, em uma população que, de acordo com a legislação, deveria ser prioridade máxima de atenção e cuidado.

O que essas duas populações tinham em comum? A marginalização e, ainda mais, a privação de direitos. Eu estava lidando com pessoas que não tinham o básico, que não possuíam acesso à alimentação regular e balanceada, sem recursos para manter a higiene

¹ Por se tratar de uma apresentação das vivências pessoais que originaram o estudo, esta parte do texto, especificamente, está apresentada na forma de narrativa em primeira pessoa verbal.

peçoal, sem acesso à saúde e a uma educação de qualidade. Sentia que era parte da rede de proteção, mas não conseguia proteger, de fato.

Busquei respostas em textos e registros históricos, nos documentos oficiais da política de assistência social, na área da sociologia e no direito. As leis brasileiras eram referências internacionais, mas a execução estava muito longe do ideal. Me questionava o motivo de tanta violência, em diversos níveis, e de tanta aceitação social diante da violação de direitos.

Percebi nos adolescentes uma população com um enorme potencial transformador, mas muito negligenciada no campo científico. Me interessava como os adolescentes ansiavam serem ouvidos, como adotavam uma postura “adulta demais” para conseguir um respeito e atenção que já lhes eram direito. Eles já tinham opiniões muito fortes sobre os papéis sociais dos adultos, sobre quem deveriam ser, mas sabiam pouco sobre suas potencialidades, sobre o que gostariam de fazer, e, principalmente, sobre sua capacidade de modificar a história.

É nesse cenário de violação de direitos e poucos ou nenhum projeto de vida, que se encontram muitos dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Atuando junto a eles estão diversos profissionais, incluindo os da psicologia. Profissionais que também são negligenciados, que enfrentam o desmonte do seu local de trabalho, que atuam com o mínimo e, diversas vezes, não são cuidados. Profissionais que, assim como eu, possuíam pouca ou nenhuma experiência prévia com a temática da socioeducação, que durante sua formação não aprenderam sobre o sistema de garantia de direitos, sobre a Constituição, o ECA e o SINASE. Que talvez não tenham tido contato com as políticas públicas, ficando sem saber ao certo o que deveriam fazer nesses espaços.

A experiência adquirida com o fazer cotidiano é suficiente para uma atuação efetiva, com potencial transformador? Não seria mais conveniente aprender sobre essa atuação

durante a graduação? E o que é uma atuação efetiva? Eu não tinha essas respostas (e continuo buscando algumas delas). Assim, procurei entender, ao longo desse processo investigativo, quem são os profissionais da psicologia atuantes no sistema socioeducativo do estado de São Paulo, que possui atualmente a maior taxa de adolescentes envolvidos em atos infracionais e em cumprimento de medidas socioeducativas.

Especificamente, busquei compreender quem são os profissionais que atuam com adolescentes cumprindo a medida socioeducativa mais “temida”: a internação. Procurei também compreender qual foi a bagagem profissional adquirida ao longo da formação acadêmica, o que eles entendiam sobre a legislação e a adolescência, como viam o trabalho que realizavam e de que maneira atuavam em uma equipe multidisciplinar.

Como pesquisadora que realizou um trabalho científico, não tive a pretensão de oferecer respostas absolutas e conclusivas, mas espero promover a reflexão sobre a importância da formação e atuação dos profissionais da psicologia em um espaço bastante desafiador e muito relevante socialmente.

Estrutura Geral da Dissertação

Este trabalho teve como objetivo analisar a atuação de profissionais da psicologia com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, em unidades de internação do estado de São Paulo. Especificamente, buscou-se caracterizar o perfil desses profissionais, do ponto de vista sociodemográfico e de formação superior. Também foi verificado o conhecimento destes acerca das diretrizes de atuação preconizadas no SINASE (2012) e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2010). Além disso, pretendeu-se verificar a percepção desses profissionais acerca da própria atuação.

O estudo foi organizado em dois artigos. O primeiro, intitulado “A Psicologia Brasileira e a Produção do Conhecimento no Contexto Socioeducativo: Uma Revisão Sistemática da Literatura”, investigou a produção científica brasileira sobre a temática da psicologia e socioeducação, desde a criação do SINASE no ano de 2006. Os trabalhos encontrados foram categorizados de acordo com o ano de publicação, região onde foram realizadas as pesquisas, periódico de divulgação e delineamento metodológico. A partir da revisão, foi possível identificar uma escassez de estudos tratando da formação, conhecimento e percepção da atuação dos profissionais da psicologia inseridos no sistema socioeducativo, o que motivou a realização do Estudo 2.

No Estudo 2, intitulado “Caracterização dos Profissionais da Psicologia Atuantes em Unidades de Internação: Formação, Conhecimento de Diretrizes e Perfil de Atuação”, está descrito, ainda que brevemente, o processo de construção e validação de conteúdo do questionário que possibilitou a coleta de dados, bem como o processo de aplicação do instrumento e os achados da pesquisa. Por meio desse instrumento, foi possível caracterizar o perfil dos profissionais atuantes em unidades de internação, além de verificar sua formação

superior, o conhecimento acerca das diretrizes para atuação no contexto socioeducativo e a percepção sobre a própria atuação profissional.

A partir dos achados dos Estudos 1 e 2, foram descritas, nas Considerações Finais, as potencialidades e limitações desta pesquisa, além de reflexões acerca da psicologia como campo científico, de pesquisa e atuação profissional, bem como do papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na formação de profissionais que deveriam ser capacitados para executar o trabalho com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação.

Espero que este trabalho traga contribuições efetivas para a psicologia e o campo da socioeducação. Boa leitura!

A Psicologia Brasileira e a Produção do Conhecimento no Contexto Socioeducativo: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Resumo

A Psicologia vem se estabelecendo como campo de pesquisa em diferentes áreas, na medida em que crescem os programas de pós-graduação e, conseqüentemente, o número de pesquisadores no país. Ainda mais diversos são os campos de atuação em que os profissionais da psicologia têm se inserido, sendo a socioeducação um exemplo deles. Desde a implementação do SINASE, postulou-se os profissionais da psicologia como parte da equipe mínima no atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, sendo esperado um aumento no número de profissionais atuando nesse contexto. Considerando a importância das pesquisas para embasar a atuação dos profissionais de psicologia na socioeducação, esta Revisão Sistemática de Literatura (RSL) teve como objetivo verificar as produções científicas na área da psicologia sobre a temática da socioeducação, desde a criação do SINASE até o ano de 2020. Foram utilizados os descritores Psicologia AND (Socioeducação OR Medid\$ Socioeducativ\$) nas principais bases nacionais, seguindo o protocolo PRISMA. Fizeram parte da amostra 26 estudos, sendo 14 transversais exploratórios, 5 de intervenção e 7 teóricos. O foco principal das pesquisas foram as medidas de internação e a população-alvo, majoritariamente, foram os adolescentes que cumpriam essas medidas. Destaca-se a escassez de estudos de intervenções padronizadas, bem como daqueles focados nas famílias dos adolescentes e educadores sociais. Também é destacada a falta estudos longitudinais e a alta concentração de publicações nas regiões sudeste e sul. Ressalta-se a importância da ampliação dessas investigações para nortear a atuação dos profissionais que trabalham no contexto da socioeducação e investigar os fenômenos da adolescência e do ato infracional em sua totalidade, considerando aspectos culturais, sociais e desenvolvimentais. A especificidade dos descritores utilizados no estudo constitui-se como uma limitação, já que não contempla as contribuições que não indicam explicitamente uma abordagem psicológica do fenômeno. Assim, recomenda-se a ampliação das investigações, utilizando variadas combinações de descritores.

Palavras-chave: intervenção, psicologia, adolescentes, socioeducação.

Introdução

A premissa da proteção integral, instituída pela lei federal nº 8069/90, norteia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e prevê o cuidado prioritário de pessoas de 0 a 18 anos de idade no território nacional. A atenção a estas populações se dá em diferentes níveis, como familiar, comunitário e no âmbito das políticas públicas, a fim de garantir direitos básicos a essa população, incluindo, por exemplo, acesso à saúde, educação, lazer, alimentação, moradia e cultura. Além do cuidado, também está descrito no ECA (1990) acerca da responsabilização de adolescentes que cometem atos infracionais, que se referem a condutas análogas aos crimes descritos no código penal para maiores de 18 anos, por meio das medidas socioeducativas (Lei n. 8.069, 1990).

As medidas socioeducativas têm como principais objetivos a educação e reintegração social, sendo aplicadas judicialmente. Elas devem ser estruturadas considerando a capacidade de responsabilização dos adolescentes, a gravidade do ato e o histórico de reincidência (Lei n. 8.069, 1990). A partir disso, as MSE podem ser aplicadas da seguinte forma: 1) advertência, que ocorre de forma verbal e documentada, assinada pelos adolescentes e seus responsáveis; 2) reparação de danos, que se refere à compensação do prejuízo causado à vítima; 3) prestação de serviços à comunidade, que consiste na realização de tarefas gratuitas em instituições comunitárias, como escolas, hospitais, projetos assistenciais, entre outros serviços que beneficiem a comunidade; 4) liberdade assistida, que trata do acompanhamento e orientação do adolescente e sua família nos serviços de proteção, verificando a participação nas atividades escolares, profissionalizantes e em outros programas que visam o desenvolvimento e participação comunitária; 5) semiliberdade, que diz respeito à realização de atividades externas à unidade de internação (como atividades de escolarização e profissionalização), como forma de reaproximar o adolescente da comunidade; e 6)

internação, aplicada em casos considerados graves ou reincidentes, referente à privação de liberdade (Lei n. 8.069, 1990).

Em complementariedade aos pressupostos definidos no ECA em relação às MSE, foi criado, em 2006, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que possibilitou o estabelecimento de diretrizes mais precisas para o atendimento socioeducativo em âmbito nacional, inclusive articulando as unidades responsáveis pelas medidas com outras políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essa articulação permitiu, entre outras coisas, uma mudança paradigmática no atendimento, substituindo ações punitivas por medidas que privilegiam princípios educativos e psicossociais (Lei n. 12.594, 2012). Além disso, com a promulgação do SINASE como lei federal em 2012, houve a padronização do atendimento em âmbito nacional e a constituição das equipes mínimas de profissionais atuantes nos serviços socioeducativos.

Indubitavelmente, um dos avanços mais significativos no sistema socioeducativo foi o estabelecimento do Plano Individual de Atendimento (PIA). Trata-se de um documento, construído em colaboração entre a equipe técnica das medidas e o adolescente, que delinea os objetivos da MSE, considerando as peculiaridades e individualidade de cada adolescente, bem como seus planos futuros e garantia de direitos por meio do acesso a políticas públicas e trabalho em rede com as entidades de proteção, como escolas, instituições profissionalizantes, CRAS, CREAS, ONGs e outros serviços do município (Lei n. 12.594, 2012; Moreira et al., 2015; Oliveira et al., 2020).

Outro avanço importante no âmbito das MSE no Brasil foi o estabelecimento de uma equipe mínima para garantir o atendimento dos adolescentes. Os profissionais da psicologia passaram, por força de lei, a integrar as equipes responsáveis para a estruturação dos

atendimentos psicossociais dos adolescentes que cumprem MSE. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP), há, no Brasil, cerca de 379 mil profissionais desta categoria, sendo estimado que 10% deste contingente atua na política de assistência social, na qual se insere o sistema socioeducativo (CFP, 2013; 2021).

A fim de nortear a atuação dos profissionais da psicologia no cenário da socioeducação, o CFP lançou dois documentos, intitulados referências técnicas, com diretrizes para o trabalho com adolescentes privados de liberdade (CFP, 2010) e que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto (CFP, 2012). De acordo com os textos supracitados, o profissional da psicologia tem o papel de acompanhar o adolescente e sua família durante a execução da medida, auxiliar na elaboração do PIA e trabalhar em conjunto com a equipe multidisciplinar na elaboração de atividades e intervenções que contribuam para o desenvolvimento dos adolescentes. Estes objetivos visam a mudança em suas trajetórias de vida, de forma que não reincidam no ato infracional e possam se engajar em outras atividades sociais que não os coloquem em risco (CFP, 2010; 2012).

Com relação à ética de atuação, o profissional da psicologia, assim como os demais atuantes na socioeducação, deve conhecer e seguir as diretrizes do ECA (1990) e SINASE (2012), entendendo o adolescente como um ser humano em desenvolvimento e com peculiaridades. As ações desenvolvidas devem visar a responsabilização do adolescente, de acordo com sua capacidade psicológica, mas, sobretudo, auxiliá-lo no fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários, desenvolvimento de projetos de vida e no distanciamento de práticas que se constituam como contravenção penal (CFP, 2010).

Mesmo diante dos avanços descritos, a eficácia das medidas socioeducativas é constantemente questionada, principalmente pelos setores políticos mais conservadores. Tais retóricas advogam pela retomada de medidas que sejam punitivas (em detrimento da lógica

educativa e psicossocial), pois os adolescentes são vistos como “desajustados” ou “irrecuperáveis” (Real & Conceição, 2013; Rosa & Vicentim, 2010). Além disso, nota-se que tais concepções negativas sobre os adolescentes se perpetuam inclusive entre os profissionais da socioeducação (Palma & Neufeld, 2011; Souza & Barcelos, 2013).

Como desdobramento, muitos são os relatos de agressões físicas e verbais dentro das instituições socioeducativas dirigidas aos adolescentes, bem como uma indiferença dos profissionais e falta de atividades que tenham um propósito (Pessoa & Coimbra, 2020). Esses fatores, somados à precariedade dos espaços físicos (falta de materiais, superlotação, falta de vagas nas atividades de profissionalização), contribuem para o aumento da violência nesses espaços, prejudicando a relação dos adolescentes com a equipe (Padovani & Ristum, 2016; Coscioni, Costa, Rosa & Koller, 2017).

Apesar destas constatações, ainda são escassas as pesquisas com profissionais que atuam no atendimento dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Em uma recente revisão sistemática da literatura, que teve como objetivo investigar as publicações científicas relacionadas à atuação de profissionais da psicologia no contexto socioeducativo, foram analisados 22 artigos publicados no período de 2007 a 2018. As autoras avaliaram as técnicas utilizadas pelos profissionais, o tipo de atendimento oferecido aos adolescentes e a relação das intervenções psicológicas com atividades de artes e esportes (Almeida, Marinho & Zappe, 2021).

O estudo revelou que a psicoeducação, o atendimento breve e focal, a entrevista motivacional e realização da avaliação psicossocial são as principais técnicas e atividades executadas pelos profissionais da psicologia que atuam no contexto das MSE. Além disso, a escuta clínica foi pontuada como principal estratégia de atendimento aos adolescentes, concentrando a maior parte das publicações. As intervenções em grupo foram apontadas

como importantes espaços de reflexão, e a atuação do profissional da psicologia como facilitadora dessas reflexões, além de aproximar os adolescentes dos serviços de proteção (Almeida, Marinho & Zappe, 2021).

Apesar dos recentes achados, é notória a escassez de produções sobre a temática, tendo como consequências, poucas diretrizes de formação e atuação para os profissionais da psicologia no contexto socioeducativo. Essas consequências podem ser observadas por meio da notória lacuna na formação de nível superior desses profissionais, uma vez que grande parte dos cursos de psicologia não ofertam disciplinas específicas sobre socioeducação, tampouco possuem atividades pedagógicas e formativas acerca deste tema e campo de atuação (Pessoa, 2020).

Com isso, muitos profissionais recém formados começam a atuar no contexto socioeducativo sem nenhuma base (teórica ou empírica) ou experiência pregressa, gerando uma ampla variabilidade e dispersão no trabalho que é realizado. Além disso, a ausência destes conteúdos na formação inicial e continuada de estudantes e profissionais da psicologia repercute na implementação de ações inócuas, fundamentadas em abordagens epistemológicas desalinhadas com a realidade psicológica dos adolescentes e desarticulada de protocolos validados cientificamente (Amaral, 2020; Pessoa, 2020).

Tendo em vista o aumento expressivo de profissionais da psicologia nas instituições que ofertam medias socioeducativas e a exigência legal preconizada no SINASE (Lei n. 12.594, 2012) de que estes profissionais constituíam a equipe técnica, é esperado um aumento e uma diversificação nas publicações relacionadas à psicologia e as medidas socioeducativas. Assim, o presente estudo teve como objetivo, por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), caracterizar a produção do conhecimento sobre essa temática, em periódicos nacionais.

Método

Este artigo constitui-se como uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), que consiste no procedimento de sistematização e avaliação crítica de estudos publicados em uma determinada área do conhecimento, o que possibilita a organização e reflexão acerca do tema analisado (Costa & Zoltowski, 2014). A fim de garantir o rigor metodológico da pesquisa, este estudo foi desenvolvido com base no protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), composto por um *checklist* com 27 itens de verificação e um fluxograma de organização dos dados (Liberati et al., 2009).

Bases de dados e Procedimentos de Coleta

Foram consultadas as bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Index Psi. As bases foram selecionadas por, tradicionalmente, indexarem produções científicas brasileiras e, em particular, da área da psicologia. Estabeleceu-se como recorte temporal os estudos publicados a partir de 2006 (até junho de 2020), ano em que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) foi aprovado por meio da Resolução n. 119/2006. Os descritores de busca combinados com os operadores *booleanos* foram: “Psicologia” AND (“Socioeducação” OR “Medid\$ Socioeducativ\$”), a fim de abranger as palavras no singular e no plural.

Seleção e análise das Publicações

Como critérios de inclusão, os estudos deveriam: 1) ser empíricos (quantitativos, qualitativos ou mistos) ou teóricos; 2) ter como objetivo investigar a psicologia como ciência e/ou profissão na socioeducação em contexto brasileiro; 3) estar publicados em língua portuguesa; 4) ter sido publicado em revistas com sistemática de avaliação por pares. Foram excluídos os estudos duplicados, capítulos de livros, dissertações e teses. Também foram

excluídas as publicações que não estavam em língua portuguesa, que não se articulavam explicitamente com medidas socioeducativas e psicologia ou que não abordavam a realidade brasileira.

A partir da leitura dos títulos e resumos dos trabalhos e, seguindo os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, foram selecionados os artigos para serem recuperados e lidos na íntegra. Os artigos foram submetidos à análise de dois juízes independentes que fizeram a avaliação dos títulos, resumos e palavras-chave, por meio do protocolo do Teste de Relevância (Azevedo, 2010). As exclusões foram deliberadas pelos juízes e as divergências foram submetidas a uma terceira avaliação. Após a seleção definitiva dos estudos a serem analisados, os dados foram organizados e armazenados em planilha do Excel, onde foi realizada inicialmente uma análise descritiva dos artigos encontrados.

Resultados

O levantamento inicial localizou um total de 118 estudos nas bases de dados SciELO (104), LILACS (8), PePSIC (4) e Index Psi (2). Esses estudos foram submetidos a uma triagem por meio da leitura dos títulos e resumos e aplicou-se os critérios de inclusão e exclusão, resultando na seleção de 32 artigos. Posteriormente, esses artigos foram recuperados na íntegra e encaminhado para a análise dos juízes que fizeram a avaliação por meio do protocolo do Teste de Relevância (Azevedo, 2010), sendo excluídos outros 6 estudos. Portanto, foram excluídos 92 estudos, sendo eles por estarem em duplicatas (n=3), serem anteriores ao ano de 2006 (n=8), não estarem publicados em português (n= 25) e por não articularem a medida socioeducativa com a psicologia na realidade brasileira (n=56). Como apresentado no fluxograma (Figura 1), foram incluídos 26 artigos para a composição do *corpus* de análise.

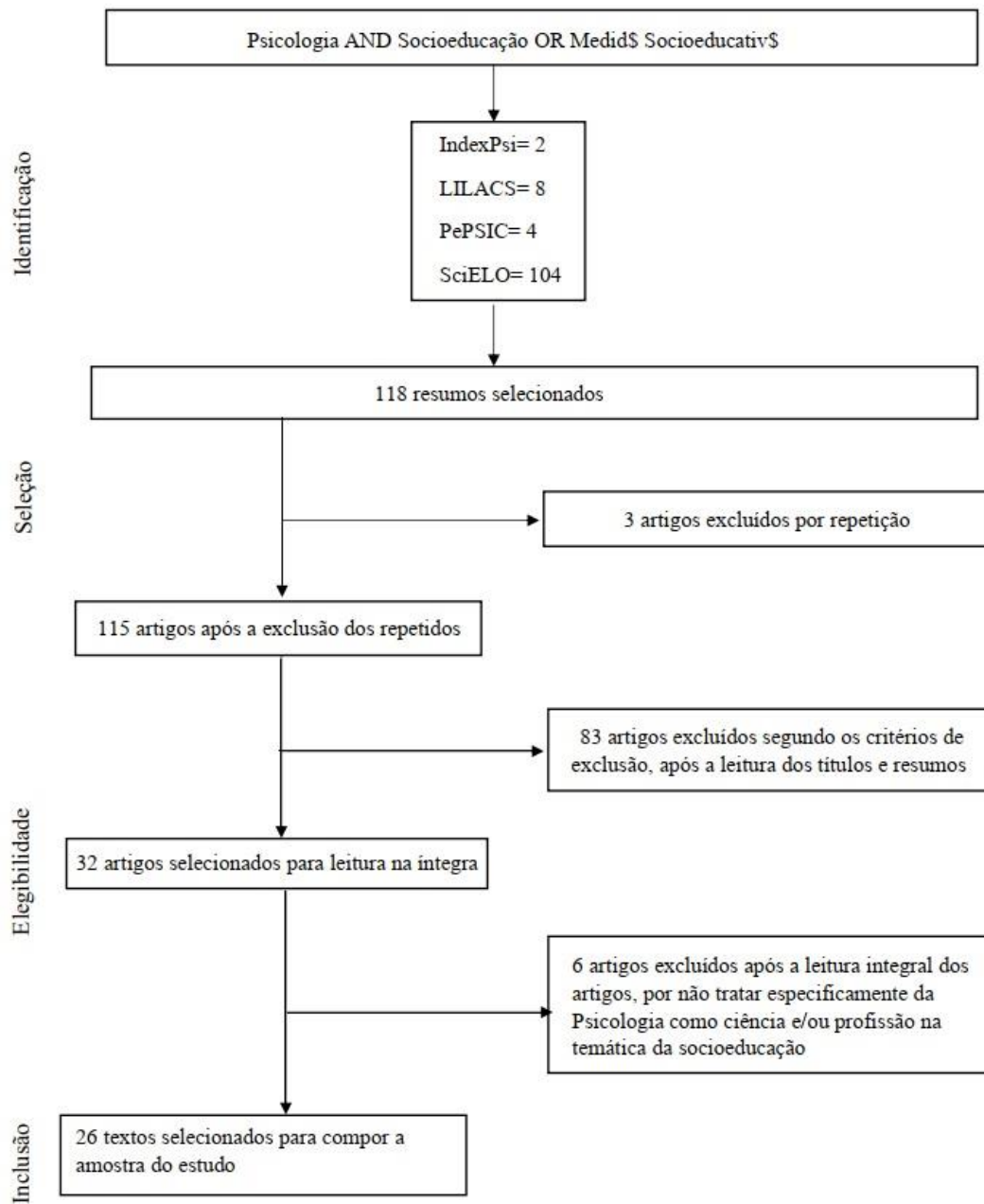


Figura 1 – Fluxograma da seleção dos estudos baseados no modelo PRISMA

Os trabalhos selecionados (n=26) tiveram seus dados extraídos e categorizado em uma planilha do Excel, dando origem às categorias analíticas apresentadas a seguir.

Caracterização dos estudos em psicologia de acordo com ano de publicação e temática

Como pode ser visualizado no Gráfico 1, identificou-se o ano das publicações que articulam a Psicologia e socioeducação, desde a criação do SINASE, no ano de 2006, até o ano de 2020. Os dados revelaram que não houve um aumento expressivo no número de publicações acerca da temática no país, variando de 1 a 4 publicações anuais durante todo período investigado.

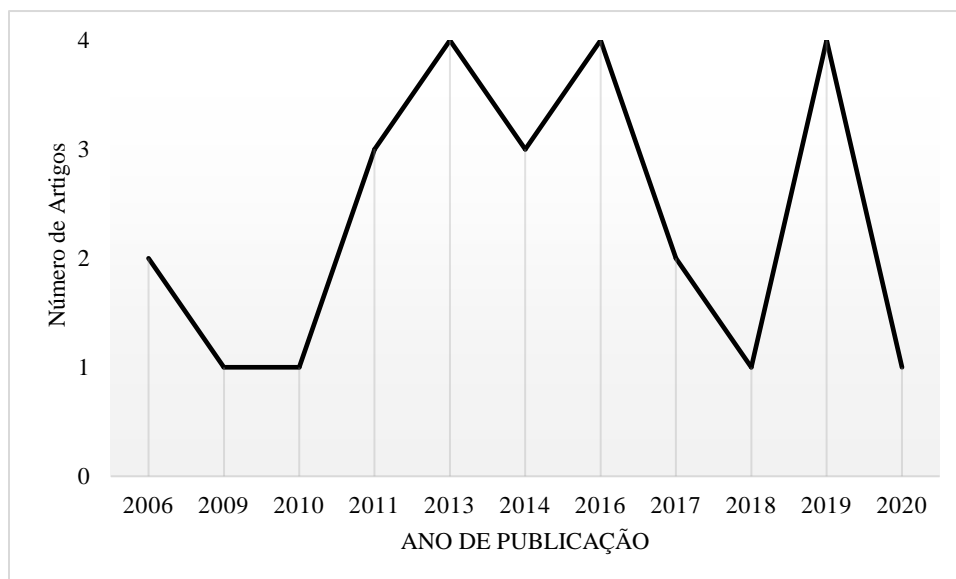


Gráfico 1: Distribuição do número de artigos publicados desde a criação do SINASE

Os estudos nesse período se dividiram em três pontos centrais, a saber, fatores relacionados à legislação e políticas de garantia de direitos da criança e do adolescente, contribuições da psicologia e intervenções nos espaços socioeducativos e dimensões subjetivas dos adolescentes em cumprimento de medidas. No que se refere às legislações, as pesquisas investigaram, principalmente, a importância da promoção de direitos para o desenvolvimento dos adolescentes (Monte et. al., 2011; Benelli & Costa-Rosa, 2013), fatores de proteção aos adolescentes em cumprimento de medidas preconizados na legislação (Costa

& Assis, 2006) e caracterização das práticas de profissionais atuantes no sistema socioeducativo (Lima, 2006; Silva, 2009).

Com relação às contribuições da psicologia e intervenções, foi discutido o notório subsídio das teorias psicológicas na atuação no contexto socioeducativo (Mansur & Machado, 2014; Rodrigues & Oliveira, 2016; Coscioni et al., 2018; Pires & Gurski, 2020). Ainda, foram estudadas intervenções fundamentadas em diferentes vertentes da psicologia (Soares, 2011; Ferrão, Santos & Dias, 2016; Torossian et al., 2017; Gurski, 2019). Já em relação aos aspectos subjetivos foram avaliados as percepções dos adolescentes com relação a representações construídas sobre os atos infracionais e medidas socioeducativas (Coutinho et al., 2011; Coelho & Rosa, 2013; Gomes & Conceição, 2014; Padovani & Ristum, 2016; Oliveira & Miranda, 2019;), o impacto da violência na subjetividade dos adolescentes (Lazarotto, Carvalho & Becker, 2013; Azevedo, Amorim & Alberto, 2017), o perfil dos adolescentes (Zappe & Ramos, 2010; Nardi, Filho & Dell'Aglio, 2016) e as expectativas de vida futuras (Zappe et al., 2013).

Caracterização da distribuição da produção científica por regiões do país

Foram encontrados estudos nas cinco regiões do país, conforme evidenciado no Gráfico 2.

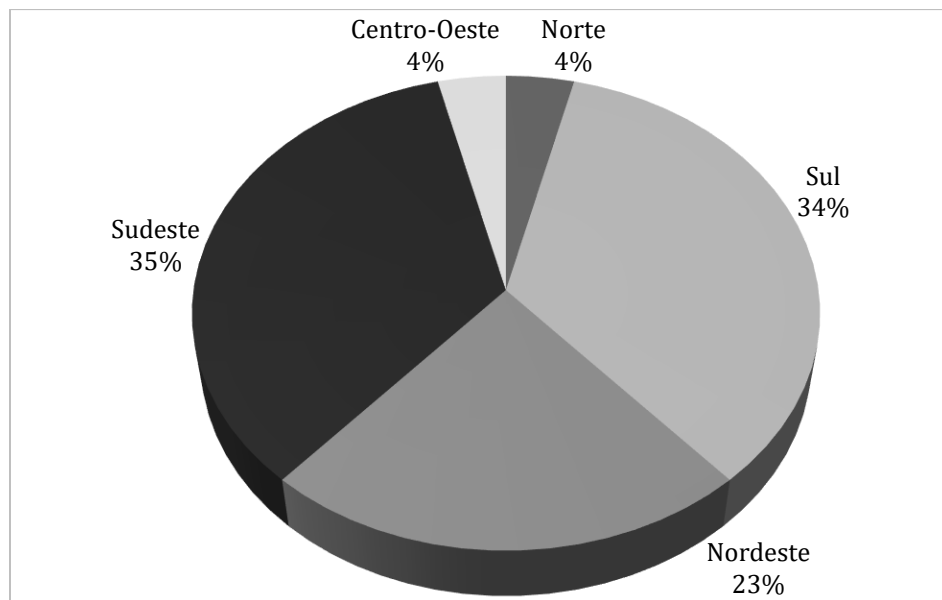


Gráfico 2: Distribuição dos estudos de acordo com a região do país em que foram realizados

Foi encontrada uma concentração maior de estudos na região Sudeste, sendo três artigos de São Paulo, três do Espírito Santo (um artigo tratando de uma coleta colaborativa com o Estado do Rio Grande do Sul), dois do Rio de Janeiro, e um de Minas Gerais. Entretanto, cabe destacar os estudos realizados no estado do Rio Grande do Sul, que representam a totalidade de estudos da região Sul do Brasil (8 trabalhos e mais uma colaboração com o estado do Espírito Santo). Ainda, identificou-se uma baixa concentração de publicações nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, representando apenas 4% das publicações nacionais.

Caracterização dos periódicos de divulgação

Com relação à divulgação, quatro artigos foram publicados em periódicos com *qualis* A1, 17 artigos publicados em periódicos com *qualis* A2 e cinco artigos em periódicos B1 (segundo os critérios de análise da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, referente ao quadriênio 2013-2016). Além disso, 34,6% dos trabalhos foram publicados no periódico *Psicologia & Sociedade*, principal meio de divulgação

proposto pela Academia Brasileira de Psicologia Social (Abrapso). O Gráfico 3 apresenta a relação de artigos publicados nos periódicos nacionais.

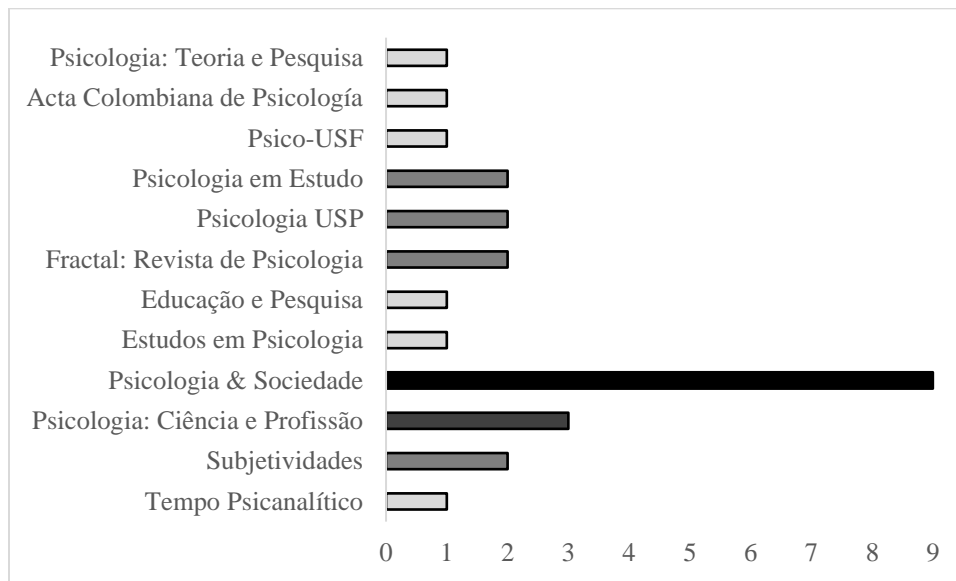


Gráfico 3: relação das publicações em cada periódico nacional

Caracterização do delineamento metodológico dos estudos empíricos

Com relação aos tipos de pesquisa, a maioria dos estudos encontrados eram transversais exploratórios (n=14), representando 53,8% dos trabalhos. Os artigos teóricos (n=7) corresponderam a 26,9% do total, e os de intervenção (n=5) a 19,3% dos estudos avaliados na presente revisão.

Estudos Transversais-Exploratórios: qualitativos e quantitativos

Os estudos exploratórios dividiram-se em pesquisas quantitativas (n=3) e qualitativas (n=11), sendo analisados, além do tipo de pesquisa, os objetivos, população-alvo, materiais utilizados e forma de análise dos dados. Com relação aos estudos quantitativos, Zappe e Ramos (2010) traçaram o perfil socioeconômico de adolescentes em privação de liberdade, a partir da análise da Ficha de Identificação, documento que contém informações como idade,

etnia, escolaridade, filiação e aspectos relacionados ao ato infracional. Os dados foram analisados utilizando o programa *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*.

Em seu estudo de 2013, Zappe e colaboradores avaliaram as expectativas de futuro de adolescentes em três diferentes contextos (família, instituição de proteção e em privação de liberdade), utilizando o Questionário da Juventude Brasileira (QJB) para coleta de dados, e o programa *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)* para as análises estatísticas. Já Nardi, Filho e Dell’Aglío (2016) também utilizaram o QJB como instrumento para verificar preditores de comportamento antissocial em adolescentes em dois contextos (cumprindo medidas de internação e estudantes de escolas públicas), sendo os dados analisados no programa Mplus 6.0.

Os estudos qualitativos representaram a maioria dos trabalhos encontrados nesta revisão (42,3% do total analisado), e foram apresentados, de forma sumarizada, na Tabela 1. É possível perceber que a maioria tem como população-alvo os adolescentes, e utilizaram, como principal ferramenta de coleta de dados, as entrevistas semiestruturadas.

Tabela 1- Caracterização dos estudos qualitativos analisados na revisão

Autores e ano de publicação	Objetivo	População-alvo	Materiais/ Técnicas	Análise
1. Lima, 2006	Analisar as representações sociais das mudanças na socioeducação	Educadores sociais	Entrevista semiestruturada	Análise de Conteúdo
2. Silva, 2009	Caracterizar a identidade do educador social	Educadores sociais	Questionário sociodemográfico e cartas	Análise de Conteúdo
3. Coutinho et al., 2011	Representações sociais da privação de liberdade	Adolescentes	Entrevista semiestruturada	Análise de Conteúdo
4. Coelho & Rosa, 2013	Analisar a representação social do ato infracional e da medida socioeducativa	Adolescentes	Entrevista (evocação livre)	Software EVOC
5. Gomes & Conceição, 2014	Compreender os sentidos das trajetórias de vida e do ato infracional	Adolescentes	Sociodrama	Análise interpretativa
6. Iriart & Bastos, 2014	Compreender as configurações de self em adolescentes	Adolescentes	Entrevista narrativa	Análise interpretativa
7. Mansur & Machado, 2014	Analisar as concepções de vítima e construção de subjetividade	Mães	Grupos de discussão	Análise interpretativa
8. Padovani & Ristum, 2016	Compreender o significado da internação	Adolescentes	Fotovoz	Análise Temática
9. Azevedo, Amorim & Alberto, 2017	Analisar implicações da violência institucional na subjetividade	Adolescentes	Grupos de discussão	Análise de Conteúdo
10. Costa, Alberto & Silva, 2019	Analisar as vivências nas MSE e implicações para projetos de vida	Adolescentes	Entrevista semiestruturada	Análise de Conteúdo
11. Oliveira & Miranda, 2019	Investigar o sentido da MSE	Adolescentes	Entrevista aberta/ Diário de campo	Análise Interpretativa

Os objetivos dos estudos foram, em sua maioria, permeados pela compreensão do significado das medidas socioeducativas para os adolescentes, bem como a influência destas nas trajetórias de vida dessa população. Com relação à população-alvo, quatro estudos tiveram como foco os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação (Coutinho et al., 2011; Padovani & Ristum, 2016; Costa, Alberto & Silva, 2019; Oliveira & Miranda, 2019), três focaram nos que cumpriam medidas em meio aberto (Coelho

& Rosa, 2013; Gomes & Conceição, 2014; Azevedo, Amorim & Alberto, 2017), e um tratava de adolescentes em diferentes contextos, a saber, inseridos em uma ONG, em um grupo de capoeira e em privação de liberdade (Iriart & Bastos, 2014). Ainda, dois tinham como participantes os educadores sociais (Lima, 2006; Silva, 2009) e um as mães de adolescentes vítimas de violência institucional durante o cumprimento da medida socioeducativa (Mansur & Machado, 2014).

Apesar de não explícitas em todos os artigos, houve predominância das teorias associadas à psicologia social embasando os estudos, com exceção da pesquisa de Oliveira e Miranda (2019), que se orientou pela teoria psicanalítica. Como materiais para coleta de dados, houve predominância das entrevistas semiestruturadas, contudo cabe destacar a utilização de outros tipos de entrevista (por exemplo, a narrativa e entrevista aberta), que possibilitam um relato mais subjetivo e abrangente sobre o fenômeno estudado (Coelho & Rosa, 2013; Iriart & Bastos, 2014; Oliveira & Miranda, 2019).

Dos trabalhos que utilizaram outros instrumentos, Silva (2009) solicitou que os participantes escrevessem cartas para outros educadores sociais e adolescentes em cumprimento de medidas. Já Gomes e Conceição (2014) utilizaram o sociodrama e a construção de uma história coletiva que tinha como pano de fundo o ato infracional e as expectativas de futuro de adolescentes em conflito com a lei. Ainda, dois estudos realizaram grupos de discussões guiadas (Mansur & Machado, 2014; Azevedo, Amorim & Alberto, 2017) e um a fotovoz (*photovoice*), no qual os adolescentes fotografaram aquilo que consideravam significativo durante o cumprimento da medida, e em seguida, eram realizadas entrevistas para coletar o relato sobre as fotografias (Padovani & Ristum, 2016). Com relação às análises, houve predominância da análise de conteúdo e da análise interpretativa, que se refere à interpretação dos dados pelo pesquisador responsável.

Estudos Teóricos

Nesta categoria são apresentados os sete artigos teóricos encontrados nesta revisão, se tratando, majoritariamente, de análises documentais (n=5) das diretrizes para o atendimento socioeducativo e contribuições da psicologia para esta temática. Costa e Assis (2006), por exemplo, realizaram uma análise dos fatores protetivos para o desenvolvimento de adolescentes no contexto socioeducativo, sob a referência da Doutrina de Proteção Integral e Paradigma da Promoção de Saúde. Também investigando o desenvolvimento de adolescentes, Monte et al. (2011) avaliaram as diretrizes propostas no ECA e no SINASE, destacando as ações voltadas a adolescentes em privação de liberdade.

Já Benelli e Costa-Rosa (2013) analisaram as políticas de Assistência Social como promotoras de cidadania para crianças e adolescentes, na medida em que se assume um caráter socioeducativo – se contrapondo à filantropia – promovendo os direitos, bem como espaços de trabalho multiprofissional que tem por objetivo a emancipação da população atendida. Ainda utilizando a análise documental como metodologia de pesquisa, Oliveira et al. (2019) buscaram compreender o curso de vida de adolescentes em cumprimento de medida de internação, a partir da análise do Plano Individual de Atendimento (PIA), tecendo reflexões sob a ótica social do fenômeno.

Tratando das contribuições da psicologia, Rodrigues e Oliveira (2016) analisaram as contribuições da teoria cultural do desenvolvimento para a atuação junto a adolescentes no sistema socioeducativo. Ainda na perspectiva do desenvolvimento, o estudo de Coscioni e colaboradores (2018) apresentou os pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano e suas contribuições para a pesquisa com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Já Gurski (2019) relatou em seu

trabalho a construção de uma pesquisa-intervenção no contexto da privação de liberdade, sob a ótica da escuta-flânerie, embasada nos pressupostos da teoria psicanalítica.

Estudos de Intervenção

Os cinco estudos categorizados como intervenções foram realizados em unidades de internação, sendo quatro deles com adolescentes e apenas um com educadores sociais. Além disso, dos cinco estudos nesta categoria, quatro foram realizados no estado do Rio Grande do Sul e um no Rio de Janeiro. O estudo relatado por Soares (2011) trata da atuação do profissional da psicologia na mediação de conflitos em um projeto cultural para adolescentes. As oficinas permitiam que os adolescentes participassem ativamente das decisões acerca das atividades, bem como facilitavam um espaço de discussões sobre direitos. Nessa mesma temática da atuação profissional, Lazzarotto, Carvalho e Becker (2013) apresentam o relato de um estágio de acompanhamento juvenil, que tinha como ferramentas a experimentação, escrita e cartografia. Na intervenção, os pesquisadores se inseriram nos espaços de circulação de adolescentes em privação de liberdade, a fim de compreender como se constroem as relações sociais dessa população.

Também tratando da atuação do profissional da psicologia com adolescentes em unidades de internação, Ferrão, Santos e Dias (2016) relatam a prática da justiça restaurativa, por meio de círculos de compromisso – estabelecimento de regras e ações construídas em grupo, a fim de que todos os membros estejam cientes das decisões tomadas. Já no estudo de Torossian et al. (2017), foi realizada uma intervenção com adolescentes utilizando como principal ferramenta a fala e escuta psicanalítica, e como material o diário de campo. O objetivo da intervenção foi a sustentação subjetiva dos adolescentes e das relações com o outro. Utilizando os mesmos materiais e também a ferramenta da escuta, Pires e Gurski (2020) relataram uma intervenção com profissionais atuantes em uma unidade de internação,

a partir de um projeto de rodas de conversas com os adolescentes. Foram verificadas as percepções dos profissionais acerca da instituição e dos adolescentes.

Em suma, percebe-se a predominância de estudos transversais exploratórios, de caráter qualitativo, que utilizam as entrevistas como principais instrumentos de coleta de dados. Além disso, destaca-se uma lacuna na apresentação das intervenções encontradas, pois não são relatados os instrumentos de coleta de dados e de avaliação da eficácia da intervenção.

Discussão

Com a passagem de um documento resolutivo para uma legislação, o SINASE (Lei n. 12.594, 2012) passou, não somente a reforçar os parâmetros socioeducativos já existentes, como introduziu novos elementos e aumentou a exigência das ações desenvolvidas na socioeducação (Miranda et al., 2014). Com o estabelecimento da equipe mínima de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, era esperado um aumento expressivo no número de profissionais da psicologia atuantes na área. Apesar de não haver uma estimativa nacional sobre esses profissionais, de acordo com o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da Fundação CASA, no primeiro semestre de 2021 a instituição contava com 420 profissionais da psicologia, distribuídos nas 117 unidades socioeducativas de privação de liberdade do estado de São Paulo.

Devido ao aumento da inserção profissional no contexto socioeducativo, era esperado, também, o aumento no número de publicações na área, tendo em vista que, a partir dos achados destes estudos, a atuação profissional desta categoria poderia ser favorecida. Contudo, não foi observado um aumento nas produções no período analisado, evidenciando o desalinhamento entre ciência e profissão. Como consequências, tem sido apontada na

literatura a atuação profissional desvinculada das premissas legislativas, assim como a perpetuação de ciclos de violação de direitos. Além disso, podem ser realizadas intervenções não efetivas ou não avaliadas a longo prazo (Witter, 2007; Melnik, Souza & Carvalho, 2014).

Mesmo com a expansão do ensino superior na área da psicologia, a predominância de estudos sobre medidas socioeducativas analisados nesta revisão encontra-se nas regiões Sudeste e Sul. Esse fenômeno pode estar associado à maior concentração de programas de pós-graduação nessas regiões (CAPES, 2019). Entretanto, estudos têm indicado, não somente na psicologia, a necessidade de investigar a socioeducação por meio de pesquisas em diferentes localidades (Branco & Wagner, 2009; Mella, Limberger, & Andretta, 2015).

Isso porque o Brasil é um país com diferenças culturais significativas dependendo da região, e, a falta de estudos em determinadas localidades culmina no desconhecimento da realidade do desenvolvimento dos adolescentes inseridos nesses contextos. A variabilidade de estudos em diferentes regiões é importante ao se considerar os aspectos contextuais e culturais em que a medida socioeducativa está sendo desenvolvida. Ainda, essa variabilidade permite expandir o conhecimento acerca da socioeducação e de programas de intervenção, que podem ser aplicados em diferentes contextos, contribuindo ainda mais para um atendimento eficaz dos adolescentes em cumprimento de MSE (Mella, Limberger, & Andretta, 2015).

Com relação à maior quantidade de estudos fundamentados em vertentes teóricas da psicologia social e da psicologia do desenvolvimento, os achados estão em consonância com a própria formulação dos documentos que fornecem diretrizes para a atuação profissional (ECA, 1990; SINASE, 2012; CFP, 2010; 2012). Isso porque esses documentos têm como premissa o entendimento do adolescente como um indivíduo social e em desenvolvimento, o que explica também a maior divulgação em periódicos voltados à essas áreas. Além disso, é

sabido que, para a atuação efetiva no contexto socioeducativo, é necessário o conhecimento da realidade social da população atendida, bem como sobre desenvolvimento humano, redes de proteção e da legislação acerca da infância e adolescência (Mayer, 2017).

Ainda no sentido de compreensão das medidas socioeducativas, a predominância de estudos transversais e exploratórios era esperada, considerando seu caráter breve, mais acessível e menos custoso. Assim, a pesquisa transversal exploratória facilita a inserção do pesquisador no sistema socioeducativo, que ainda é marcado por diversas burocracias e pela tendência ao afastamento social (Mota, 2010).

Todavia, é importante refletir sobre os instrumentos de coleta de dados utilizados nesse tipo de pesquisa. Como pôde ser observado nessa revisão, a maior parte dos estudos qualitativos tinham como instrumentos principais as entrevistas semiestruturadas. Apesar de serem amplamente aceitas pela comunidade acadêmica e necessárias para o avanço do conhecimento, a condução inadequada de coleta de dados e o processo de análise superficial, podem produzir dados tendenciosos e associados à desejabilidade dos pesquisadores envolvidos (Patias & Hohendorff, 2019).

A esse respeito, Pessoa et al. (2019) destaca a importância da utilização de diferentes instrumentos de coleta de dados em estudos qualitativos, como a entrevista reflexiva e os métodos visuais, que permitem que o participante seja protagonista na pesquisa e signifique suas respostas em conjunto com os pesquisadores. A variedade de instrumentos permite que os dados sejam analisados em diferentes aspectos, enriquecendo os achados dos estudos.

Ainda sobre o delineamento dos estudos, cabe ressaltar a importância de pesquisas de intervenção, que contribuem de forma política e pedagógica para a modificação da trajetória infracional (Soares, 2011), bem como a baixa porcentagem desse tipo de estudo localizados nesta revisão. As intervenções pautadas em parâmetros científicos favorecem a atuação

profissional, baseada em práticas exitosas. Além disso, estes estudos possibilitam a replicação dessas práticas em diferentes contextos (Durgante & Dell’Aglío, 2018). Entretanto, os estudos de intervenção encontrados nesta revisão não apresentavam medidas de avaliação de eficácia, tampouco elucidavam detalhadamente os instrumentos utilizados, o que dificulta a compreensão sobre os ganhos da intervenção e impossibilita a replicação.

Apesar de variados estudos terem sido encontrados na presente revisão, destaca-se a falta de pesquisas longitudinais, que oferecem uma metodologia com melhor controle das diferenças individuais e de coorte, por acompanhar um mesmo grupo de participantes em diferentes momentos da vida (Mota, 2010). Os estudos longitudinais são importantes ferramentas para avaliar o impacto de intervenções a longo prazo, que permite verificar aquelas mais efetivas e menos custosas. Ainda, auxiliam na compreensão sobre a reincidência, inserção dos adolescentes em políticas públicas após o cumprimento das medidas e impacto das MSE a longo prazo. O conhecimento das intervenções mais adequadas aos adolescentes em conflito com a lei facilita a atuação dos profissionais da socioeducação, uma vez que uma questão amplamente discutida no país é a reincidência dos adolescentes e a possível “inefetividade” das medidas socioeducativas, fomentando discussões a respeito, por exemplo, da diminuição da maioridade penal e ingresso de infratores em um sistema ainda mais punitivo.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo caracterizar a produção do conhecimento na área da psicologia, especificamente relacionado à socioeducação. Apesar dos profissionais da psicologia estarem inseridos no sistema socioeducativo, foram encontrados poucos estudos tratando desta temática, evidenciando uma discrepância entre a pesquisa e atuação

profissional. Além disso, a maior parte dos estudos tratavam de pesquisas exploratórias, destacando a necessidade da elaboração de intervenções com eficácia comprovada cientificamente, bem como da realização de estudos longitudinais, importantes para compreender as transformações sociais ao longo do tempo, sobretudo após o período de cumprimento da MSE.

Também houve uma concentração das publicações nas regiões sudeste e sul, comprovando a necessidade de investimento nas IES das demais regiões, para que o fenômeno da socioeducação seja estudado mais amplamente e considerando diferentes aspectos contextuais de cada região. Ainda, destaca-se uma limitação nos instrumentos utilizados para coleta de dados, que consistem, majoritariamente de entrevista. Destaca-se, portanto, a importância da diversificação de instrumentos de pesquisa em investigações deste porte e sobre essa temática.

Este estudo limitou-se a investigar as produções científicas em um período específico (desde a criação do SINASE), realizadas em âmbito nacional e publicadas em língua portuguesa. Outrossim, foram utilizados nas buscas uma combinação de termos estritamente relacionados à psicologia e socioeducação, fatores que podem contribuir para o número reduzido de produções encontradas na revisão. Ressalta-se, assim, que os achados não refletem toda a publicação científica brasileira, sendo discutidas no trabalho apenas as publicações centradas explicitamente na ciência psicológica e suas contribuições para o sistema socioeducativo.

Nesse sentido, a combinação de outros descritores pode revelar outras publicações que, eventualmente, não cumpriram os critérios de inclusão definidos no presente estudo. É recomendada a realização de estudos futuros ampliando os descritores comumente relacionados ao tema, como “ato infracional”, “infratores” e “delinquência”. Também se faz

relevante a utilização de termos em língua inglesa, como “*young offenders*” e “*juvenile offenders*”, tendo em vista que, a fim de obter um maior alcance no âmbito científico internacional, diversos estudos são publicados em língua estrangeira.

Destaca-se a importância da realização de pesquisas em todas as regiões do país, considerando que as diretrizes de atuação no sistema socioeducativo são para âmbito nacional. Ainda, o investimento em estudos longitudinais é imprescindível para compreender as trajetórias desenvolvimentais dos adolescentes em cumprimento de MSE, além de verificar as mudanças a longo prazo, decorrentes das ações da MSE, e, mais especificamente, da psicologia.

Referências

- Azevedo, C. R. S., Amorim, T. R. S., & Alberto, M. F. P. (2017). Adolescência e ato infracional: Violência institucional e subjetividade em foco. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 579-594. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003312016>.
- Almeida, S. P. D., Marinho, J. R., & Zappe, J. G. (2021). Atuação do Psicólogo com Adolescentes que Cumprem Medida Socioeducativa: Uma Revisão Sistemática da Literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(1), 51-72. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/59369/37510>
- Amaral, D. S. (2020). *O significado da Unidade de Internação para adolescentes e socioeducadores*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Benelli, S. J., & Costa-Rosa, A. (2013). Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social. *Estudos em Psicologia*, 30(2), 283-301. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000200015>.
- Branco, B. M., & Wagner, A. (2009). Os adolescentes infratores e o empobrecimento da rede social quando do retorno à comunidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 557-566.
- Coelho, B. I., & Rosa, E. M. (2013). Ato infracional e medida socioeducativa: representações de adolescentes em L.A. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 163-173. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/18.pdf>

- Conselho Federal de Psicologia (2013). *Quem é a Psicóloga Brasileira?*. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/publicacao/quem-e-a-psicologa-brasileira/>
- Conselho Federal de Psicologia (2021). *A Psicologia Brasileira Apresentada em Números*. Recuperado de [http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/#:~:text=Somos%20um%20total%20de%20379.458%20psic%C3%B3logas%20\(os\)](http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/#:~:text=Somos%20um%20total%20de%20379.458%20psic%C3%B3logas%20(os))
- Costa, C. R. B. S. F., & Assis, S. G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 74-81. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000300011>
- Costa, C. S. S., Alberto, M. F. P., & Silva, E. B. F. L. (2019). Vivências nas Medidas Socioeducativas: Possibilidades para os projetos de vida dos jovens. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(1), 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003186311>
- Coscioni, V., Nascimento, D. B., Rosa, E. M., & Koller, S. H. (2018). Pressupostos teóricos-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humanos: uma pesquisa com adolescentes em medidas socioeducativas. *Psicologia USP*, 29(3), 363-373. <https://doi.org/10.1590/0103-656420170115>
- Durgante, H., & Dell’Aglío, D. D. (2018). Critérios metodológicos para a avaliação de programas de intervenção em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 17(1), 155-162. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v17n1/17.pdf>
- Coutinho, M. P. L., Estevam, I. D., Araújo, L. F., & Araújo, L. S. (2011). Prática de privação de liberdade em adolescentes: um enfoque psicossociológico. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 101-109. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000100012>
- Ferrão, I. S., Santos, S. S., & Dias, A. C. G. (2016). Psicologia e Práticas Restaurativas na Socioeducação: Relato de Experiência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 354-363. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n2/1982-3703-pcp-36-2-0354.pdf>
- Gomes, C. C., & Conceição, M. I. G. (2014). Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 47-58. <https://doi.org/10.1590/1413-7372189590005>
- Gurski, R. (2019). A Escuta-Flânerie como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e socioeducação. *Revista Tempo Psicanalítico*, 51(2), 166-194. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v51n2/v51n2a09.pdf>
- Iriart, M. F., & Bastos, A. C. S. (2014). Identidades narrativas: construindo sentidos na travessia da juventude. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(1), 71-88. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922014000100007>

- Lazzarotto, G. D. R., Carvalho, J. D., & Becker, J. L. (2013). Acompanhando micropolíticas juvenis: Estratégias Clínico- Institucionais. *Psicologia & Sociedade*, 25 (n. spe. 2), 55-64. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000600008>.
- Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm
- Lima, R. C. P. (2006). Mudanças das práticas sócio-educativas na FEBEM-SP: as representações sociais de funcionários. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 56-62. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100008>
- Mansur, T. S., & Machado, L. A. D. (2014). Problematizando a noção de "vítima" de violência. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe), 183-192. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/19.pdf>
- Mayer, A. S. (2017). *Psicologia e socioeducação: práticas, perspectivas e possibilidades*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18841/DIS_PPGPSICOLOGIA_2017_MAYER_ANDRESSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Mella, L. L., Limberger, J., & Andretta, I. (2015). Políticas públicas e adolescentes em conflito com a lei: revisão sistemática da literatura nacional. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 3(2), 88 – 99.
- Melnik, T., Souza, W. F., & Carvalho, M. R. (2014). A importância da prática da psicologia baseada em evidências: aspectos conceituais, níveis de evidência, mitos e resistências. *Revista Costarricense de Psicología*, 33(2), 79-92. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/4767/476747238008.pdf>
- Miranda, A. A. B., Aginsky, B. G., Costa, C., Avila, L. F. Silva, M. J. J. C., & Marques, S. M. M. (2014). Adolescentes em Conflito com a Lei e Direitos Humanos: desafios para a implementação do Sinase. *Revista de Políticas Públicas*, 18(n.spe), 369-378. <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v18nEp369-378>
- Monte, F. F. C., Sampaio, I. R., Rosa Filho, J. S., & Barbosa, I. S. (2011). ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS: PSICOLOGIA MORAL E LEGISLAÇÃO. *Psicologia & Sociedade*, 23 (1), 125-134. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100014>

- Moreira, J. O., Albuquerque, B. S., Rocha, B. F., Rocha, P. M., & Vasconcelos, M. A. M. (2015). Plano Individual de Atendimento (PIA) na perspectiva dos técnicos da semiliberdade. *Serviço Social & Sociedade*, 122(1), 341-356. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.026>
- Mota, M. M. P. E. (2010). Metodologia de Pesquisa em Desenvolvimento Humano: Velhas Questões Revisitadas. *Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 144-149.
- Nardi, F. L., Filho, N. H., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Preditores do comportamento antissocial em adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 63-70. <https://doi.org/10.1590/0102-37722016011651063070>
- Oliveira, L. C. P., Moreira, J. O., Silva, B. F. A., Marinho, F. C., & Souza, J. M. P. (2019). Curso de vida, adolescentes e criminalidade: Uma leitura a partir do PIA. *Psicologia & Sociedade*, 31(1), 1-18. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31210441>
- Oliveira, U. P., Conceição, W. L., Grunnenvaldt, J. T., Oliveira, R. A. C., & Reverdito, R. S. (2020). Esporte e Lazer no Plano Individual de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação. *Movimento*, 26(1), 1-21. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.101588>
- Oliveira, T. F. K., & Miranda, L. (2019). Um estudo sobre sentidos da medida socioeducativa de internação na vida de adolescentes institucionalizados. *Psicologia & Sociedade*, 31(1), 1-18. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31188517>
- Padovani, A. S., & Ristum, M. (2016). Significados Construídos acerca das Instituições Socioeducativas: Entre o Imaginado e o Vivido. *Psico-USF*, 21(3), 609-622. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712016210314>
- Palma, P. C., & Neufeld, C. B. (2011). Intervenção cognitivo-comportamental em grupo de socioeducadores: um relato de experiência. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 7(1), 55-61. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtc/v7n1/v7n1a10.pdf>
- Patias, N. D., & Hohendorff, J. V. (2019). Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. *Psicologia em Estudo*, 24(1), 1-14. Doi: 10.4025/psicoestud.v24i0.43536
- Pessoa, A. S. G., Harper, E., Santos, I. S., & Gracino, M. C. da S. (2019). Using Reflexive Interviewing to Foster Deep Understanding of Research Participants' Perspectives. *International Journal of Qualitative Methods*, 18(1), 1-9. doi:10.1177/1609406918825026
- Pessoa, A. S. G. (2020). *Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária como Recursos para Qualificar o Atendimento Psicossocial de Adolescentes em*

Cumprimento de Medidas Socioeducativas. In: Alex Sandro Gomes Pessoa; Edinete Maria Rosa; Maria de Fatima Pereira Alberto. (Org.). *Atendimento Psicossocial de Adolescentes em Conflito com a Lei: Resultados de Pesquisas e Práticas Exitosas*. 1ed. Curitiba: CRV, 1v., 37-54.

- Pessoa, A. S. G., & Coimbra, R. M. (2020). Fatores de Risco no Contexto de Adolescentes Envolvidos no Tráfico de Drogas. *ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA (ONLINE)*, 20(1), 119-141. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.50793>
- Pires, L. P., & Gursky, R. (2020). A construção da escuta-flânerie: uma pesquisapsicanalítica com socioeducadores. *Psicologia USP*, 31(1), 1-10. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e180128>
- Real, F. G. V. C., & Conceição, M. I. G. (2013). Representações sociais de parlamentares brasileiros sobre a redução da maioria penal. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 33(3), 656-671.
- Rodrigues, D. S., & Oliveira, M. C. S. L. (2016). Psicologia Cultural e socioeducação: reflexões sobre desenvolvimento humano e infração juvenil. *Revista Subjetividades*, 16(1), 104-118. DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.16.1.104-118>
- Silva, G. H. (2009). Educador Social: uma identidade a caminho da profissionalização?. *Educação e Pesquisa*, 35(3), 479-493. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000300005>
- Soares, F. M. (2011). Uma experiência de intervenção em um projeto cultural: o psicólogo e a defesa dos direitos. *Fractal: Revista de Psicologia*, 23(1), 171-190. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922011000100012>
- Souza, T. M. C., & Barcelos, M. V. (2013). Representações Sociais Sobre Adolescentes em Conflito Com a Lei. *Perspectivas Em Psicologia*, 17(1), 1-18. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/27667>
- Torossian, S., Ribeiro, M. D. A., Silva, T. P., & Barbosa, M. R. O. (2017). “Eu queria mudar”: A Psicanálise face à adolescência pobre e sem lugar. *Revista Subjetividades*, 17(3), 57-69. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i3.5575>
- Witter, G. P. (2007). Importância das sociedades/associações científicas: desenvolvimento da ciência e formação do profissional-pesquisador. *Boletim de Psicologia*, 57(126), 1-14. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v57n126/v57n126a02.pdf>
- Zappe, J. G., & Ramos, N. V. (2010). Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 365-373. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000200017>

Zappe, J. G., Moura Júnior, J. F., Dell' Aglio, D. D., & Sarreira, J. C. (2013). Expectativas quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos. *Acta Colombiana de Psicología*, 16(1), 91-100. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v16n1/v16n1a09.pdf>

Caracterização dos Profissionais da Psicologia Atuantes em Unidades de Internação: Formação, Conhecimento de Diretrizes e Perfil de Atuação

Resumo

Os profissionais da psicologia compõem a equipe mínima de atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, como preconizado no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Apesar de existirem diretrizes de atuação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), publicadas no ano de 2010 e 2012, ainda é escasso o contato dos profissionais com a temática da socioeducação antes de adentrar no serviço, impactando no atendimento realizado. Partindo destas constatações, este estudo teve como objetivos: 1) caracterizar o perfil dos profissionais da psicologia atuantes em unidades de internação, analisando variáveis sociodemográficas, de formação acadêmica e de atuação profissional, 2) verificar o conhecimento das diretrizes postuladas nos documentos oficiais e a percepção que esses profissionais têm da própria atuação. Participaram do estudo 93 profissionais com formação em psicologia, que atuam na Fundação responsável pela execução de medidas socioeducativas em meio fechado. Os participantes responderam a um instrumento online, desenvolvido especificamente para esta investigação. A maior parte da amostra foi composta por mulheres, autodeclaradas brancas, com média de 43,3 anos (DP= 10,2). Com relação à formação acadêmica, os participantes eram provenientes de IES privadas (89,2%), sendo que 64,5% não tiveram disciplinas sobre políticas públicas e 92,5% não tiveram contato com a temática da socioeducação durante a graduação. Já em relação ao conhecimento das diretrizes e percepção da atuação, de maneira geral, os participantes obtiveram altos escores nos instrumentos, apesar de haver uma baixa correlação positiva entre o conhecimento das diretrizes e a percepção da própria atuação. Os resultados sugerem que novos estudos acerca da formação acadêmica e atuação dos profissionais da psicologia no contexto da socioeducação devem ser conduzidos. Além disso, constatou-se que urge a necessidade da inserção da temática da socioeducação nos currículos de formação em psicologia nas universidades.

Palavras-chave: Psicologia, políticas públicas, socioeducação, formação acadêmica, atuação profissional.

Introdução

A adolescência é definida no Brasil como o período do desenvolvimento humano que se estende dos 12 aos 18 anos de idade (lei nº 8.069, 1990). Durante muito tempo, essa etapa foi negligenciada dos estudos científicos, ou classificada, arbitrariamente, como um período naturalmente conturbado. Contudo, contemporaneamente entende-se que, como qualquer outro indivíduo em desenvolvimento, o adolescente possui diversas características biológicas, psicológicas e sociais que interagem entre si e influenciam direta ou indiretamente no seu comportamento (Bronfenbrenner, 1999; Ozella & Aguiar, 2008; Sena & Dessen, 2012), não sendo possível a realização de generalizações acerca dos processos psicossociais deste segmento etário.

Dadas as inúmeras mudanças que ocorrem na adolescência, os recortes investigativos passaram a debruçar-se sobre uma ampla variedade de temáticas, incluindo a questão do envolvimento desta população em atos infracionais. Persistem, no entanto, concepções retrógradas e pouco contextualizadas, que rotulam estes adolescentes como rebeldes e intratáveis, reverberando em discursos inócuo e alusivos a necessidade de punições mais severas, redução da maioridade penal e até mesmo pena de morte (Alves et al., 2009; Vicentin, 2010; Cairo, 2012).

Historicamente, o Brasil adotou ações direcionadas a estes adolescentes pautadas na reprodução e perpetuação da violência, como é o caso do Código de Menores – lei nº 6.697, vigente no país de 1979 a 1990 – que tinha como premissa o afastamento social de crianças e adolescentes considerados em “situação irregular”. Entre as estratégias mais recorrentes, o documento apontava para a internação compulsória em diversos espaços, que variavam de colégios religiosos, hospitais psiquiátricos e instituições carcerárias.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (lei nº 8.069), houve uma mudança paradigmática acerca do tema, pois o cuidado integral dessa população foi estabelecido como prioridade, sendo função da família, da comunidade, e do Estado (na forma de políticas públicas) garantir os direitos sociais de todas as crianças e adolescentes do território nacional, incluindo àqueles com histórico de envolvimento em atos infracionais.

O ato infracional se constitui como uma temática relevante para o país, tendo em vista que, em 2017, 117.207 adolescentes estavam cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto, e 24.769 adolescentes cumpriam medidas de restrição ou privação de liberdade no mesmo ano. Cabe ressaltar que o estado de São Paulo foi responsável por mais de 40% das aplicações de medidas socioeducativas, evidenciando a necessidade de análises mais consistentes sobre a realidade deste estado. Outro dado importante é o aumento significativo do número de adolescentes cumprindo medidas de internação, que, ao contrário do que preconiza o SINASE, chegou a 68% das medidas de restrição e privação de liberdade no ano de 2017. Além disso, os atos infracionais mais comuns, segundo os levantamentos supracitados, são o roubo (38,1%) e o tráfico de drogas, representando 26,5% dos atos (Ministério do Desenvolvimento Social, 2018; Ministério dos Direitos Humanos, 2017).

Dada a extensão desta problemática, as ações educativas e psicossociais desenvolvidas no sistema socioeducativo brasileiro precisam ser analisadas, sobretudo para que sejam minimizadas a possibilidade de reincidência no ato infracional. Nesse sentido, visando a responsabilização pelo ato infracional e reeducação social dos adolescentes em conflito com a lei, o SINASE propõe que o atendimento dessa população deva contar com uma equipe multidisciplinar mínima, constituída, dentre outras categorias, por profissionais da psicologia (Lei n. 12.594, 2012).

Segundo as recomendações do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2010), os profissionais da psicologia que atuam com adolescentes em privação de liberdade devem, não apenas subsidiar o sistema judiciário com relatórios técnicos, mas conhecer o modo de vida dos adolescentes, seus anseios e projetos de vida. Devem ainda, compreender as especificidades do contexto social e comunitário dos adolescentes, o que inclui a relação com a família, escola e demais espaços frequentados por eles. O conhecimento ampliado da realidade dos adolescentes contribui para que o profissional, juntamente com a equipe multidisciplinar, elabore intervenções mais efetivas, além de potencializar suas habilidades (Costa & Mendonça, 2016).

A psicologia, como parte da equipe mínima no contexto socioeducativo, tem buscado compreender a temática por meio das pesquisas. Já foram realizados estudos, por exemplo, sobre os fatores de risco e proteção associados ao envolvimento de adolescentes em atos infracionais (Komatsu & Bazon, 2018; Galinari, Vicari, & Bazon, 2019; Pessoa & Coimbra, 2020), as experiências de diferentes profissionais atuantes no sistema socioeducativo, incluindo suas práticas e percepções acerca do tema (Moreira, Guerra, & Drawin, 2017), e as dimensões psicológicas e subjetivas dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (Azevedo, Amorim, & Alberto, 2017; Coscioni et al., 2018; Oliveira & Miranda, 2019).

Contudo, identifica-se uma baixa produção acadêmica da psicologia (e nas áreas correlatas) acerca das medidas de internação (ver o Estudo 1 desta dissertação). Garutti e Oliveira (2018), por exemplo, por meio de uma revisão sistemática da literatura, encontraram apenas 59 estudos científicos (sendo 53 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado) na temática da socioeducação no período de 1994 a 2016. As autoras ressaltaram, entre outros

temas, o déficit de publicações atinentes a intervenções padronizadas e a ausência de estudos acerca dos processos de formação inicial e continuada dos profissionais da psicologia.

Utilizando a mesma metodologia da pesquisa supracitada, Almeida, Marinho e Zappe (2021) investigaram as publicações científicas sobre a atuação de profissionais da psicologia no contexto socioeducativo. Foram analisados 22 artigos, de acordo com quatro categorias, a saber: técnicas da psicologia aplicadas às demandas da socioeducação, a escuta como principal ferramenta de atuação, intervenção em grupo e arte e esporte como dimensões de interesse para a psicologia. As autoras pontuam a necessidade da ampliação das intervenções realizadas, tanto com os adolescentes, quanto com relação às famílias e comunidade, para além do atendimento clínico já muito consolidado e tradicional na psicologia.

Para tanto, de acordo com Pessoa (2020), é necessário um conhecimento teórico e metodológico de temas como políticas públicas, socioeducação e das especificidades psicológicas e sociais de adolescentes que cometeram atos infracionais. Todavia, estes conteúdos são notoriamente negligenciados nas grades curriculares dos cursos de psicologia que fazem parte das Instituições de Ensino Superior (IES), fazendo com que esses profissionais adentrem no sistema socioeducativo com pouca ou nenhuma experiência prévia com a essa população.

A escassez de estudos (Rico & Pessoa, 2021), somado a ausência de espaços de formação inicial e continuada na área da psicologia (Pessoa, 2020), convoca a comunidade científica na elaboração de ações que desvelem as condições de trabalho, os recursos e protocolos utilizados por profissionais da psicologia e os desafios que estes se depararam cotidianamente nas instituições de medidas socioeducativas. Com base nestes argumentos, este estudo teve como objetivo caracterizar o perfil dos profissionais da psicologia atuantes em unidades de internação, analisando variáveis sociodemográficas, de formação acadêmica

e de atuação profissional. Complementarmente, buscou-se verificar o conhecimento das diretrizes postuladas nos documentos oficiais e a percepção que esses profissionais têm da própria atuação.

Método

Delineamento

Trata-se de um estudo quantitativo, exploratório e de recorte transversal.

Participantes

Participaram da pesquisa 93 profissionais da psicologia atuantes em unidades de internação de todas as divisões regionais da Fundação CASA (São Paulo), sendo 21,5% da Divisão Regional Metropolitana Campinas (DRMC), 19,3% da Divisão Regional Norte (DRN), 12,9% das Divisões Regionais Oeste (DRO) e Metropolitana Noroeste (DRMNO), 10,8% da Divisão Regional Vale do Paraíba (DRVP), 9,7% da Divisão Regional Sul (DRS), 8,6% da Divisão Regional Leste (DRL) e 4,3% da Divisão Regional Metropolitana Sudeste (DRMSE).

A amostra foi composta por profissionais de ambos os sexos (F= 77 e M= 16), com predominância de mulheres (82,8%). Os participantes tinham idades entre 24 e 72 anos ($m= 43,3$; $DP= 10,2$), eram predominantemente brancos (83,9%), e casados ou em união estável (55,9%).

Instrumento

Por não existirem instrumentos validados no país que estivessem alinhados aos objetivos do estudo, foi construído um questionário, cujos itens principais seguiram o modelo

de escala likert. O material é autoaplicável e foi composto por quatro seções. A primeira seção referia-se aos dados sociodemográficos (como gênero, idade, unidade de atuação e tempo de atuação, entre outros). A segunda seção continha questões sobre a formação acadêmica dos participantes, por exemplo, tipo de instituição em que se graduou e se possuíam formação continuada. As duas seções subsequentes eram compostas por itens cujos participantes deveriam expressar seu nível de concordância com cada afirmativa, de acordo com uma escala likert de 5 pontos (variando de discordo totalmente a concordo totalmente).

A terceira seção, denominada “*conhecimento teórico e prático das diretrizes de atuação*”, foi composta por 18 itens sobre o conhecimento das diretrizes postuladas no SINASE (2012) e 12 itens sobre o conhecimento acerca das diretrizes de atuação propostas pelo Conselho Federal de Psicologia, mais especificamente descritas como referências técnicas para atuação em contexto de privação de liberdade (CFP, 2010).

Já a quarta e última seção, intitulada “*percepção sobre a própria atuação*”, tinha como objetivo verificar a percepção dos profissionais da psicologia acerca da qualidade do trabalho realizado nas unidades de internação. Esta seção 21 itens, divididos em três eixos temáticos, a saber: 1) Relação com os adolescentes e atividades propostas no trabalho, 2) Impacto da formação no trabalho desenvolvido e 3) Ambiente de trabalho e relação com a equipe.

Após a construção dos itens, o instrumento passou pelo processo de validação de conteúdo. Inicialmente, foi enviado para um profissional da psicologia atuante em uma unidade de internação e que possuía consolidada experiência acadêmica e de atuação na área da socioeducação (e não participou da amostra do estudo). O profissional avaliou a adequação do instrumento à realidade da população-alvo e, após reformulação, o instrumento foi enviado a três juízes especialistas, acadêmicos com notório saber na área da

socioeducação, que avaliaram os itens quanto a clareza de linguagem, pertinência e relevância teórica, atribuindo uma pontuação que variava de 1 a 5 pontos para cada item. Os itens que obtiveram pontuação média igual a 4 foram reformulados, de acordo com as sugestões dos juízes. Nenhum item obteve pontuação menor que 4 para ser retirado, ficando a versão final do instrumento composta por 51 itens.

Subsequentemente, os itens correspondentes às seções 3 e 4 do instrumento passaram por teste de confiabilidade, pelo coeficiente Alfa de Cronbach. Para a sessão de conhecimento teórico e prático das diretrizes de atuação, que continha 30 itens, a confiabilidade obtida foi considerada boa ($\alpha= 0,758$) e para a seção de percepção sobre a própria atuação, composta por 21 itens, a confiabilidade foi considerada muito boa ($\alpha= 0,909$).

Procedimentos

O estudo seguiu as resoluções 466/2012 e 5010/2016 do Conselho Nacional de Saúde e foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAAE nº 31256820.4.0000.5504). Também foi necessário, antes do início da coleta de dados, autorização da Fundação CASA, que possui uma portaria específica para realização de pesquisas na instituição (nº 155/2008).

Após a autorização das instituições, a pesquisadora responsável contactou os encarregados técnicos das unidades, que receberam o convite da pesquisa por e-mail. Neste primeiro contato, foram explicados os objetivos do estudo, a relevância da participação dos profissionais e os procedimentos éticos, como garantia de sigilo e armazenamento criptografado dos dados. Além disso, no e-mail continha o link de acesso ao instrumento, que os participantes de cada unidade receberam por intermédio de seu encarregado técnico.

O link enviado continha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o questionário em sua versão *online*, por meio da ferramenta *Google Forms*. As seções foram organizadas da seguinte maneira: 1) TCLE, 2) informações sociodemográficas, 3) Formação profissional, 4) Conhecimento teórico e prático das diretrizes de atuação e 5) Percepção sobre a própria atuação.

A coleta foi realizada ao longo de seis meses, sendo necessário, em alguns casos, o contato por telefone, bem como a intermediação do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação CASA (atual Unicasa) no contato entre a pesquisadora e as unidades de internação.

Análise de dados

Foram realizadas, por meio do software R (versão 3.2.2), estatísticas descritivas e correlacionais, sendo consideradas estatisticamente significantes as análises com probabilidade menor ou igual a 0,05 (p -valor $<0,05$).

Para as estatísticas descritivas, que correspondem às seções 1 e 2 do instrumento, foi analisada a média, o erro padrão da média, mediana, desvio padrão, mínimo, máximo, soma e frequências. Já para estatísticas correlacionais, foi utilizado o teste de correlação de Pearson, que é um teste paramétrico, que indica a significância da relação entre duas variáveis para se identificar evidências da relação entre elas. No caso de correlação positiva, quando o valor de uma variável cresce a outra acompanha. Já no caso de correlação negativa, quando uma variável cresce a outra decresce. Além disso, valores do coeficiente próximos à zero indicam que não há evidências de relação entre as variáveis.

Também foi realizado o teste de Shapiro-Wilks, encontrando a distribuição normal da amostra, e em seguida, foi encontrada a significância das correlações pelo teste Qui-Quadrado, considerando um intervalo de confiança de 95%.

Resultados

Caracterização dos profissionais atuantes nas unidades de internação

Na Tabela 1 foram apresentados os dados sociodemográficos dos participantes do estudo. Houve predominância de profissionais que se identificavam com o gênero feminino (82%) e se autodeclaravam brancos² (83,9%). Não houve declarações das raças amarela e indígena na amostra. Com relação ao estado civil, a maioria dos participantes eram casados ou em união estável e possuíam filhos. Cabe ressaltar que o número máximo de filhos na amostra foi igual a 2, e a média igual a 1,3, estando abaixo da estimativa nacional, que, segundo o IBGE, era de 1,77 filhos por mulher (IBGE, 2018).

Pouco mais da metade da amostra se encontrava na faixa etária entre 41 e 60 anos, entretanto, foi encontrada uma grande variabilidade entre as idades dos profissionais, sendo o mínimo de 24 anos e o máximo de 72 anos. Quanto à renda mensal média, a maior parte dos participantes (58%) recebiam entre 3.136 e 5.225 reais, que corresponde a uma média salarial mais elevada, em relação à população brasileira, que é de 1.407 reais (Barbosa, Souza, & Soares, 2020).

² O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabelece as seguintes cores ou raças: branca, preta, parda, amarela e indígena.

Tabela 1- Dados sociodemográficos dos profissionais

	Variável	F (n)	P (%)
<i>Gênero</i>	Feminino	77	82,8
	Masculino	16	17,2
<i>Raça</i>	Branca	78	83,9
	Parda	12	12,9
	Preta	3	3,2
<i>Estado civil</i>	Casado(a)/ união estável	52	55,9
	Solteiro(a)	35	37,6
	Divorciado(a)	5	5,4
	Amasiado	1	1,1
<i>Faixa etária</i>	40 anos ou menos	39	41,9
	41 a 60 anos	48	51,6
	Mais de 61 anos	6	6,5
<i>Renda mensal</i>	Entre R\$ 1045,00 e R\$ 2090,00	6	6,5
	Entre R\$ 2091,00 e R\$ 3135,00	21	22,6
	Entre R\$ 3136,00 e R\$ 4180,00	27	29,0
	Entre R\$ 4181,00 e R\$ 5225,00	27	29,0
	Entre R\$ 5226,00 e R\$ 7315,00	8	8,6
	Entre R\$ 7316,00 e R\$ 9405,00	2	2,2
	Mais de 10 mil reais	2	2,2
<i>Filhos</i>	Não	43	46,2
	Sim	50	53,8

Formação e atuação profissional

O tempo de atuação dos profissionais, considerando somente o trabalho em unidades de internação, foi, em média, 10,6 anos. Entretanto, o desvio padrão dessa variável foi de 7,2, variando de alguns meses a 32 anos. O mesmo ocorreu com o tempo de graduação, que teve a média de 17,7 anos, e variação de 1 a 41 anos, mostrando uma disparidade nessa variável. Além disso, 67,7% dos profissionais relataram possuir alguma pós graduação, em sua maioria, especialização lato sensu, ou seja, voltada ao mercado de trabalho.

A carga horária semanal foi, predominantemente, de 30 horas e a contratação realizada, majoritariamente, por meio de concurso público. Com relação à teoria que embasa a atuação profissional, 35,5% dos profissionais indicaram a psicanálise, seguida da teoria cognitivo-comportamental (33,3%) e psicologia social/ comunitária (15,1%).

Com relação à formação acadêmica, a maior parte dos profissionais eram provenientes de Instituições de Ensino Superior privadas (89,2%). Além disso, 64,5% dos participantes relataram não terem cursado disciplinas sobre políticas públicas. Dos que tiveram essas disciplinas, 63,6% relataram apenas uma, geralmente relacionada com a disciplina obrigatória de psicologia social.

Sobre a socioeducação, 92,5% dos participantes relataram não terem contato com a temática durante a graduação. Dos que tiveram alguma disciplina relacionada ao tema, 87,5% relataram ser uma disciplina obrigatória, geralmente relacionada com psicologia da educação ou psicologia jurídica. Nenhum participante relatou ter cursado uma disciplina específica sobre a socioeducação.

Tabela 2- Atuação e formação acadêmica

	Variável	F (n)	P (%)
<i>Tempo de atuação</i>	0 a 1 ano	6	6,5
	1 a 5 anos	22	23,7
	5 a 10 anos	20	21,5
	11 a 20 anos	39	41,9
	20 anos ou mais	6	6,5
<i>Regime de trabalho</i>	Concursado	72	77,4
	Contrato	20	21,5
	Celetista Estável	1	1,1
<i>Carga horária semanal</i>	30 horas	79	84,9
	40 horas	9	9,7
	Mais de 40 horas	5	5,4
<i>Tempo de graduação</i>	0 a 1 ano	1	1,1
	1 a 5 anos	7	7,5
	5 a 10 anos	16	17,2
	11 a 20 anos	41	44,1
	20 anos ou mais	28	30,1
<i>Tipo de IES</i>	Privada	83	89,2
	Pública	10	10,8
<i>Pós-graduação</i>	Especialização (Lato sensu)	59	63,4
	Mestrado	2	2,2
	Doutorado	1	1,1
	Outro	3	3,2
	Não	28	30,1

Conhecimento das diretrizes de atuação e percepção sobre o próprio trabalho

Na Tabela 3 estão dispostas as correlações entre as variáveis descritivas da amostra e a seção de conhecimento sobre as diretrizes de atuação (seção 3). Não foram encontradas correlações estatisticamente significativas, considerando a confiabilidade de 95%, o que significa que as variáveis sociodemográficas não discriminam os participantes em relação ao nível de conhecimento das diretrizes postuladas em documentos oficiais (tanto do governo federal quanto da Conselho Federal de Psicologia).

Tabela 3- Correlações acerca do conhecimento das diretrizes

Variáveis	Categorias	p-valor do Teste de Qui-Quadrado
Gênero	Feminino Masculino	0,840
Idade	40 anos ou menos 41 a 60 anos 60 anos ou mais	0,983
Raça	Branca Parda Preta	0,599
Estado Civil	Amasiada Casada(o)/União estável Divorciada(o) Solteira(o)	0,117
Filhos	Não Sim	0,999
Tempo de atuação	0 a 1 ano 1 a 5 anos 5 a 10 anos 11 a 20 anos 20 anos ou mais	0,633
Renda	Entre R\$ 1045,00 e R\$ 2090,00 Entre R\$ 2091,00 e R\$ 3135,00 Entre R\$ 3136,00 e R\$ 4180,00 Entre R\$ 4181,00 e R\$ 5225,00 Entre R\$ 5226,00 e R\$ 7315,00 Entre R\$ 7316,00 e R\$ 9405,00 Mais de 10 mil reais	0,447
Regime de trabalho	Concursado CLT Celetista Estável	0,344
Carga horária	30 horas 40 horas Mais de 40 horas	0,787
Tempo de formação	0 a 1 ano 1 a 5 anos 5 a 10 anos 11 a 20 anos 20 anos ou mais	0,882
Tipo de IES	Privada Pública	0,637
Pós-graduação	Especialização (Lato sensu) Mestrado Doutorado	0,610

	Outro	
	Não	
	Análise do Comportamento	
	Cognitivo-comportamental	
	Gestalt	0,237
	Humanista	
Teoria	Mais de uma abordagem	
	Psicanálise	
	Psicodrama	
	Psicologia Histórico-cultural	
	Psicologia Social	

Na Tabela 4, foram apresentadas as variáveis descritivas da amostra e sua correlação com a seção de percepção acerca da própria atuação profissional (seção 4 do instrumento). Para a confiabilidade de 95%, também não foram encontradas correlações estatisticamente significativas, contudo, é possível observar correlações próximas da significância para as categorias abordagem e renda mensal. Similarmente com os dados que foram apresentados na Tabela 3, os dados sociodemográficos não discriminam os participantes, o que significa que avaliam qualidade e a eficácia do seu trabalho de forma similar.

Tabela 4- Correlações acerca da percepção da própria atuação profissional

Variáveis	Categorias	p-valor do Teste de Qui-Quadrado
Gênero	Feminino Masculino	0,219
Idade	40 anos ou menos 41 a 60 anos 60 anos ou mais	0,701
Raça	Branca Parda Preta	0,476
Estado Civil	Amasiada Casada(o)/União estável Divorciada(o) Solteira(o)	0,313
Filhos	Não Sim	0,591

Tempo de atuação	0 a 1 ano	0,312
	1 a 5 anos	
	5 a 10 anos	
	11 a 20 anos	
	20 anos ou mais	
Renda	Entre R\$ 1045,00 e R\$ 2090,00	0,083
	Entre R\$ 2091,00 e R\$ 3135,00	
	Entre R\$ 3136,00 e R\$ 4180,00	
	Entre R\$ 4181,00 e R\$ 5225,00	
	Entre R\$ 5226,00 e R\$ 7315,00	
	Entre R\$ 7316,00 e R\$ 9405,00	
Regime de trabalho	Concursado	0,206
	CLT	
	Celetista Estável	
Carga horária	30 horas	0,360
	40 horas	
	Mais de 40 horas	
Tempo de formação	0 a 1 ano	0,747
	1 a 5 anos	
	5 a 10 anos	
	11 a 20 anos	
	20 anos ou mais	
Tipo de IES	Privada	0,772
	Pública	
Pós-graduação	Especialização (Lato sensu)	0,259
	Mestrado	
	Doutorado	
	Outro	
Teoria	Não	0,058
	Análise do Comportamento	
	Cognitivo-comportamental	
	Gestalt	
	Humanista	
	Mais de uma abordagem	
Psicanálise		
Psicodrama		
Psicologia Histórico-cultural		
Psicologia Social		

Discussão

A caracterização dos profissionais teve a predominância de mulheres, autodeclaradas brancas, casadas ou em união estável com renda salarial predominante entre três e cinco mil reais. Em um resgate histórico, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e nas Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente a partir de 1985, representou uma conquista que permitiu ampliar as discussões sobre gênero e papel feminino na sociedade. Contudo, surgiram novos papéis sociais ligados ao gênero feminino, como o cuidado e ensino, fazendo com que algumas áreas de atuação, como saúde e educação, fossem consideradas femininas (Castro & Yamamoto, 1988). Nesse âmbito, a psicologia foi se inserindo como uma ciência ligada ao cuidado mental, sensibilidade e empatia, sendo, assim, considerada feminina, não só por leigos, mas também pelos próprios profissionais atuantes na área.

Em um levantamento realizado pelo Conselho Federal de Psicologia, foi encontrado que 89% dos profissionais atuantes no país eram do gênero feminino. Ainda, as práticas psicológicas eram ligadas ao papel de gênero feminino, sendo que os profissionais do gênero masculino eram vistos como “afeminados” ou “mais sensíveis” mesmo entre os profissionais da categoria (CFP, 2013). Assim, a predominância de participantes do gênero feminino, encontra-se de acordo com a literatura e trajetória de consolidação da psicologia como ciência e, principalmente, profissão no Brasil.

Os achados sobre autodeclaração racial também estão de acordo com a literatura, evidenciando uma notória desigualdade no número de pessoas brancas e não brancas com ensino superior. A desigualdade racial sempre esteve presente no Brasil, incluindo o acesso à educação, sendo que, no ano de 2001, as pessoas autodeclaradas negras representavam apenas 21,9% do total de estudantes no ensino superior. Com a criação do sistema de cotas

no ano de 2001, que destina uma porcentagem de vagas a estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI), houve um aumento progressivo na inserção desse grupo no ensino superior, chegando a 43,7% em 2015 (Silva, 2020). Cabe ressaltar que, apesar dos avanços, o número de negros com ensino superior completo representa menos da metade em relação a pessoas brancas, sendo 32% e 66% da população, respectivamente. Assim, se faz necessária a reflexão sobre garantia de direitos e permanência de pessoas não brancas no ensino superior no país, bem como o constante combate ao racismo (Silva, 2020; Silva, 2017). Isso explica, ainda que parcialmente, os motivos pelos quais existem poucos profissionais que se autodeclararam negros atuantes no sistema de socioeducação do estado de São Paulo.

Outro aspecto relevante à caracterização dos profissionais é a média de idade dos participantes, e o fato de mais da metade da amostra se encontrar na faixa dos 41 a 60 anos, indicando profissionais com experiências de trabalho anterior à socioeducação. Ainda assim, há uma grande variação na amostra, com relação à idade, tempo de formação acadêmica e tempo de atuação em unidades de internação, indicando a atuação profissional em diferentes momentos da consolidação da psicologia como campo de ciência, bem como da mudança da legislação acerca das políticas públicas e da socioeducação.

A psicologia é reconhecida como campo de atuação desde o século XIX com a prática clínica de Sigmund Freud, e como campo de pesquisa desde os estudos sobre o comportamento humano no século XX. Contudo, no Brasil, ela se consolidou somente no período da ditadura militar (entre 1960 e 1979), com a criação do CFP e dos Conselhos Regionais. Essa época também foi marcada pela privatização do ensino, com um grande aumento do número de instituições de ensino privadas e, conseqüentemente, dos cursos de graduação em psicologia ofertados no país (Lisboa & Barbosa, 2009).

Embora tenha havido um aumento no número de IES públicas nos últimos 20 anos, segundo o Censo da Educação Superior publicado pelo Ministério da Educação, 88,2% das IES são privadas (MEC, 2019), o que explica a significativa diferença do tipo de instituição de formação dos participantes deste estudo. Segundo Lisboa e Barbosa (2009), as IES privadas são comumente voltadas para o mercado, tendo predominância do ensino do modelo clínico tradicional, e uma notória discrepância entre ensino, pesquisa e extensão, já que o currículo depende da formação e qualificação dos docentes e da demanda do mercado de trabalho. Com isso, muitos alunos dos cursos de psicologia se graduam com pouco ou nenhum contato com populações vulneráveis, que não possuem acesso ao atendimento clínico tradicional.

A despeito da temática do SUS e SUAS estarem previstas nas diretrizes curriculares das IES, o fato de os profissionais deste estudo não terem disciplinas específicas de políticas públicas e socioeducação revela um déficit preocupante, já que, segundo o Conselho Federal de Psicologia (2010), os profissionais atuantes nas unidades de privação de liberdade devem estar equipados de conhecimento teórico e prático sobre a temática, a fim de garantir uma atuação efetiva. Esse déficit na graduação também está ligado à necessidade de formação continuada, o que se expressa também nos achados deste estudo, com a maioria dos profissionais possuindo pós graduação.

Apesar de haver essa lacuna na formação inicial dos profissionais, não foram encontradas diferenças estatísticas com relação ao conhecimento das diretrizes de atuação (SINASE, 2012 e CFP, 2010), indicando que os profissionais inseridos no sistema possuem conhecimento teórico sobre a socioeducação. Esse fato pode estar ligado ao tipo de contratação, que é majoritariamente por meio de concurso público, exigindo que o profissional realize uma prova que avalia o conhecimento da temática. Além disso, a

instituição de coleta oferece formação continuada aos profissionais e um treinamento inicial, que contribui para o aprimoramento dos profissionais.

Esses achados robustecem a defesa do ingresso dos profissionais da socioeducação por meio de concursos públicos, bem como da necessidade de investimentos contínuos na formação profissional dos mesmos (Pereira & Barone, 2015; Almeida et al., 2018). Cabe salientar, ainda, que a questão salarial pode atrair profissionais que estejam mais bem preparados. Nesse sentido, toda a luta pela qualificação das condições formativas (tanto inicial quanto continuada) e de trabalho devem ser uma bandeira de luta da categoria. Sem dúvidas, investimentos maciços e contínuos nessas frentes contribuem para a qualificação do atendimento prestados aos adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade (Bidarra & Alapanian, 2012).

Com relação à percepção sobre a própria atuação profissional, apesar de não indicarem correlações estatisticamente significativas, os achados apontam que os profissionais avaliam positivamente sua atuação, independentemente das variáveis sociodemográficas. Cabe ressaltar que, nas instituições socioeducativas, a contratação dos profissionais da psicologia que compõem as equipes se dá através de concursos públicos (Almeida et al., 2018). Estes, por sua vez, exigem um conhecimento ampliado sobre a temática da socioeducação, incluindo a legislação brasileira, e, para os profissionais de psicologia, também é avaliado o conhecimento específico da área.

Além de selecionados os profissionais que obtém os melhores resultados nos concursos públicos, os profissionais são encorajados a realizar formação continuada, sendo, inclusive, ofertados cursos pela própria instituição. Esses fatores, somados à experiência prévia profissional, podem contribuir para uma percepção mais positiva sobre a atuação com

os adolescentes em cumprimento das MSE (Martins et al., 2016; Pereira & Junior, 2016; Mayer, 2017).

Cabe destacar que a percepção dos profissionais acerca da própria atuação não está ligada, necessariamente, à eficácia do trabalho realizado. Como descrito na referência do SINASE (2006), o trabalho realizado no sistema socioeducativo visa, entre outras coisas, promover cidadania e conhecimento do adolescente como um sujeito social de direitos e deveres, além de evitar a reincidência ou ingresso no sistema carcerário.

No Brasil, são escassos os dados sobre reincidência de adolescentes no sistema socioeducativo. Em um levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2012) entre os anos de 2010 e 2011, constatou-se que 54% dos adolescentes que cumpriam a medida socioeducativa de internação eram considerados reincidentes. Já o estudo de Bazon e colaboradores (2011) obteve uma taxa de reincidência ainda mais alta, sendo de 66% dos adolescentes. Outros estudos mais recentes apontam taxas de reincidência entre 30 e 40% dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, dados que se aproximam dos levantamentos internacionais (Sapori, Caetano, & Santos, 2020).

Destaca-se que diversos fatores contribuem para a reincidência do ato infracional. De acordo com Sapori, Caetano e Santos (2020), a baixa escolaridade, vivência nas ruas, uso de substâncias e tipo de ato infracional são considerados riscos para a reincidência. No mesmo estudo também foi constatado que idade mais avançada do adolescente, tipo de medida e tempo prolongado de internação foram associados à não reincidência no sistema socioeducativo. Estes achados corroboram a premissa do SINASE (2012), de que o trabalho multiprofissional realizado nas instituições socioeducativas pode promover a mudança da trajetória infracional desses adolescentes.

Assim, apesar de evidenciada a importância da atuação de profissionais da psicologia em unidades de internação, fundamentada na ciência psicológica e nos direitos humanos, salienta-se que não cabe somente a esses profissionais a garantia de efetividade do trabalho, tendo em vista que todas as instâncias de proteção à crianças e adolescentes devem trabalhar conjuntamente visando a garantia de direitos dessa população.

Considerações Finais

O perfil dos profissionais da psicologia atuantes em unidades de internação do estado de São Paulo foi caracterizado nesse estudo, encontrando-se uma população majoritariamente feminina, com renda média, cuja formação inicial se deu, principalmente, em IES privadas. Chama atenção o fato de terem apontado que não tiveram acesso a disciplinas sobre socioeducação e políticas públicas na grade curricular do curso de psicologia, o que pode ter gerado a necessidade da busca por formação continuada (como os cursos de especialização). Reitera-se, desse modo, a necessidade de ampla discussão da categoria sobre a necessidade de implantação de espaços formativos para a qualificação dos profissionais da psicologia que, eventualmente, possam atuar em instituições que ofertam serviços de socioeducação.

De maneira geral, os profissionais apresentaram indicadores positivos acerca dos níveis de conhecimento das diretrizes de atuação e uma percepção positiva sobre o trabalho realizado. Não foram identificadas, nas dimensões avaliadas, significâncias estatísticas entre as variáveis sociodemográficas. Estes achados podem ser explicados pelo fato de os profissionais passarem por uma seleção criteriosa, em sua maioria possuir uma condição de trabalho favorável (concursados e com salários adequados) e por buscarem espaços de formação continuada.

Apesar dos indicadores positivos encontrados na pesquisa, os dados não são representativos da realidade brasileira, pois avaliou uma amostra de 22% dos profissionais atuantes em um contexto específico, da socioeducação, no estado de São Paulo. Assim, é indicado que sejam realizados estudos desta natureza em outros estados, tendo em vista a variabilidade nos contextos e, possivelmente, na formação acadêmica e atuação dos profissionais da psicologia nas unidades de internação. Outro aspecto relevante deste estudo é a limitação das análises estatísticas empregadas, sendo possível, futuramente, a utilização deste banco de dados para subsidiar novas análises, bem como complementar outros instrumentos de coleta de dados.

Deste modo, além das indicações supracitadas, também é recomendada a realização de estudos futuros de natureza qualitativa, que podem abordar outras dimensões sobre a trajetória de formação acadêmica e de atuação dos profissionais da psicologia no contexto da socioeducação. Ainda, indica-se o investimento em pesquisas interventivas, tendo grupos controle e experimental, a fim de robustecer os conhecimentos da atuação desta categoria com os adolescentes em cumprimento de MSE em diferentes espaços socioeducativos.

Referências

- Almeida, C. R., Kunz, S.A. S., Santos, M. M., & Alves, G. (2018). Uma face da educação: panorama da socioeducação no estado de São Paulo. *Revista Educação*, 13(2), 86-94. Recuperado de <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/3467/2530>
- Almeida, S. P. D., Marinho, J. R., & Zappe, J. G. (2021). Atuação do Psicólogo com Adolescentes que Cumprem Medida Socioeducativa: Uma Revisão Sistemática da Literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(1), 51-72. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/59369/37510>
- Alves, C., Pedroza, R., Pinho, A., Presotti, L., & Silva, F. (2009). Adolescência e maioridade penal: reflexões a partir da Psicologia e do Direito. *Psicologia política*, 9(17), 67-83. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n17/v9n17a05.pdf>

- Azevedo, C. R. S., Amorim, T. R. S., & Alberto, M. F. P. (2017). Adolescência e ato infracional: Violência institucional e subjetividade em foco. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 579-594. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003312016>.
- Barbosa, R., Souza, P. F., & Soares, S. (2020). *Desigualdade de renda no Brasil de 2012 a 2019*. Recuperado de <http://dados.iesp.uerj.br/desigualdade-brasil/>
- Bidarra, Z. S., & Alapanian, S. (2012). Contribuição à construção da dimensão político-pedagógica da socioeducação e à formação de socioeducadores. *Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade*, 7(1), 06-20. <https://doi.org/10.17921/2176-5626.n7p%25p>
- Bronfenbrenner, U. (1999). *Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models*. In S. L. Friedman & T. D. Wachs (Eds.), *Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts* (pp.3-28). Washington, DC: American Psychological Association.
- Cairo, C. P. F. B. (2012). *Percursos discursivos do “menor infrator” na mídia brasileira impressa e televisiva- história, memória e corpo*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, Vitória da Conquista, BA, Brasil.
- Castro, A. E. F., & Yamamoto, O. H. (1998). A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 147-158. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1998000100011>
- Conselho Federal de Psicologia (2010). *Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação*. Brasília, DF. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/06/medidas-socioeducativas04.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia (2013). *Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres*. Brasília (1ª ed). Recuperado de <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-uma-profissao-de-muitas-e-diferentes-mulheres/>
- Coscioni, V., Nascimento, D. B., Rosa, E. M., & Koller, S. H. (2018). Pressupostos teóricos-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humanos: uma pesquisa com adolescentes em medidas socioeducativas. *Psicologia USP*, 29(3), 363-373. <https://doi.org/10.1590/0103-656420170115>
- Costa, A. L. B., & Mendonça, R. C. (2016). Psicologia e Socioeducação: um diálogo possível sobre a medida de internação. In Mäder, B. J. (Ed), *Psicologia e Justiça: Diálogos sobre uma relação em evidência* (pp. 41- 67). Curitiba, PR: CRP- PR. Recuperado de

https://crppr.org.br/wpcontent/uploads/2019/05/AF_CRP_CadernoJuridico_pdf.pdf#page=41

- Galinari, L. S., Vicari, I. D. A., & Bazon, M. R. (2019). Fatores associados ao cometimento de atos infracionais na adolescência. *Revista Psico*, 50(4), 1-15.
<https://doi.org/10.15448/1980-8623.2019.4.34094>
- Garutti, S., & Oliveira, R. C. S. (2018). Discussão da produção do estado do conhecimento em socioeducação. *Revista Adolescência e Conflitualidade*, 17(1), 44-54.
<https://doi.org/10.17921/2176-5626.n17p44-54>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047#:~:text=A%20taxa%20de%20fecundidade%20total,1%2C77%20filho%20por%20mulher.>
- Komatsu, A. V., & Bazon, M. R. (2018). Fatores de Risco e de Proteção para Emitir Delitos Violentos: Revisão Sistemática da Literatura. *Perspectivas em Psicologia*, 22(1), 180-206. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/43016/22473>
- Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112594.htm
- Lisboa, F. S., & Barbosa, A. J. G. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia: ciência e profissão*, 29(4), 718-737.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400006>
- Martins, A. M. C., Falcão, B., Morales, D. C., Cerqueira, I., Silva, N., Lemos, P., Leite, R., Dias, R., Tavares, R. R., & Lopes, E. R. C. (2016). *Psicologia e medidas socioeducativas: uma nova disciplina*. In: Mendes, C. L. S., Julião, E. F., & Vergílio, S. S. (Org). Educação, Socioeducação e Escolarização. 1ed. Rio de Janeiro: DEGASE, 1v, 271-287.
- Mayer, A. S. (2017). *Psicologia e socioeducação: práticas, perspectivas e possibilidades*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18841/DIS_PPGPSICOLOGIA_2017_MAYER_ANDRESSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Ministério da Educação (2019). *Censo da Educação Superior 2018: Notas estatísticas*. Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social (2018). Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf
- Ministério dos Direitos Humanos (2017). *Levantamento anual SINASE 2017*. Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>
- Moreira, J. O., Guerra, A. M. C., & Drawin, C. R. (2017). Violência Juvenil e Medidas Socioeducativas: Revisão de Literatura. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33 (1), 1-9. <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3337>
- Oliveira, T. F. K., & Miranda, L. (2019). Um estudo sobre sentidos da medida socioeducativa de internação na vida de adolescentes institucionalizados. *Psicologia & Sociedade*, 31(1), 1-18. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31188517>
- Ozella, S., & Aguiar, W. M. J. (2008). Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 97-125. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000100005>
- Pereira, I., & Barone, R. E. M. (2015). *Formação do socioeducador no contexto da socioeducação e as contribuições da educação social*. In: Paulo Cesar Duarte Paes; Maria Fernandes Adimari; Ricardo Peres da Costa (Org). *Socioeducação e Intersetorialidade: formação continuada de socioeducadores*. 1ed. Campo Grande: Editora UFMS, 6v., 26-37.
- Pereira, I., & Junior, M. M. (2016). A educação em direitos humanos dos socioeducadores de adolescentes em conflito com a lei. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, 4(2), 23-42. Recuperado de <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/387/176>
- Pessoa, A. S. G. (2020). *Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária como Recursos para Qualificar o Atendimento Psicossocial de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas*. In: Pessoa, A. S. G.; Rosa, E. M.;

- Alberto, M. F. P. (Org.). Atendimento Psicossocial de Adolescentes em Conflito com a Lei: Resultados de Pesquisas e Práticas Exitosas. 1ed. Curitiba: CRV, 1v., 37-54.
- Pessoa, A. S. G., & Coimbra, R. M. (2020). Fatores de Risco no Contexto de Adolescentes Envolvidos no Tráfico de Drogas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(1), 119-141. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.50793>
- Senna, S. R. C. M., & Dessen, M. A. (2012). Contribuições das Teorias do Desenvolvimento Humano para a Concepção Contemporânea da Adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 101-108. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100013>
- Silva, T. D. (2017). Ação afirmativa para ingresso de negros no ensino superior: formação multinível da agenda governamental. *Ver. Serv. Público Brasília*, 69(2), 7-34. Recuperado de <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1771/1952>
- Silva, T. D. (2020). *Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior: Acesso e Perfil Discente* (54p.). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, Brasil. Recuperado de <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1771/1952>
- Vicentin, M. C. (2010). Os intratáveis: a patologização dos jovens em situação de vulnerabilidade. Em *Medicalização de crianças e adolescentes. Conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos* (pp. 41-55). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivos verificar as produções científicas realizadas em âmbito nacional sobre a temática da psicologia e socioeducação, caracterizar o perfil dos profissionais da psicologia atuantes em unidades de internação no estado de São Paulo, avaliar o conhecimento desses profissionais acerca das diretrizes de atuação e verificar suas percepções acerca do trabalho realizado nas unidades.

A partir do Estudo 1, foi possível verificar um baixo número de publicações nacionais e alta concentração de estudos em uma região do país, além da falta de pesquisas longitudinais e de intervenções padronizadas, fatores que podem dificultar a atuação profissional, tendo em vista que as pesquisas científicas são imprescindíveis para orientar uma prática profissional efetiva e baseada em evidências.

Já o Estudo 2 possibilitou caracterizar os profissionais da psicologia atuantes em unidades de internação do estado de São Paulo, sendo majoritariamente mulheres, brancas, provenientes de IES privadas, com pós graduação. Apesar de possuírem indicadores positivos sobre o conhecimento das diretrizes de atuação e sobre a percepção do próprio trabalho, foi verificada a falta de recursos materiais e diretivos que favoreçam o trabalho com os adolescentes, além de uma lacuna da temática da socioeducação e políticas públicas nas grades curriculares dos cursos de psicologia.

O contato com os participantes e a disponibilidade para participação constituiu uma das principais limitações da pesquisa, que, sendo em âmbito estadual, ficou constituída por uma amostra limitada de profissionais. Tal limitação pode implicar na fragmentação dos resultados, já que os profissionais que compuseram a amostra do estudo podem não representar, em sua totalidade, a realidade dos trabalhadores da área.

Além disso, não foi possível realizar a aplicação de outros instrumentos para a coleta dos dados, o que constitui outra limitação da pesquisa, já que não foram aprofundadas as experiências dos profissionais com os adolescentes, bem como suas trajetórias formativas, suas práticas e as razões que os levaram a atuar no sistema socioeducativo.

Ainda assim, o presente estudo evidenciou a necessidade da realização de pesquisas em diferentes regiões do país, dada a pluralidade de vivências dos adolescentes que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas, bem como das trajetórias formativas e vivências que orientam a atuação dos profissionais da psicologia em unidades de internação em diferentes estados.

Outro aspecto encontrado no trabalho foi a predominância de mulheres brancas atuantes como profissionais da psicologia nas unidades de internação. Os achados estão de acordo com a literatura que têm apontado a prática da psicologia como uma profissão relacionada ao cuidado, e, portanto, ligada à figura feminina. Contudo, é importante a reflexão sobre a inserção de psicólogos no sistema socioeducativo, considerando que a maioria dos adolescentes que cumprem medidas são do gênero masculino, e esses profissionais podem oferecer, entre outras coisas, a quebra de estigmas sobre a masculinidade ligada à violência.

Ainda sobre representatividade, apesar do recente aumento no número de negros inseridos no ensino superior, essa população ainda constitui a minoria de profissionais no mercado de trabalho. Nesse sentido, é imprescindível o questionamento sobre o tipo de atuação que têm sido feita por profissionais da psicologia não brancos, além do mercado em que estes estão se inserindo e se há o reconhecimento desses como pessoas negras (considerando pretos e pardos nessa categoria). Atentando-se ao fato de que há uma predominância de adolescentes negros no sistema socioeducativo, a atuação de profissionais

da mesma etnia pode facilitar discussões acerca de temas como racismo, violência institucional contra a população negra e inserção dessa população no mercado de trabalho, que contribuem para a formação de cidadania desses adolescentes.

A formação acadêmica dos profissionais denotou a necessidade de pós-graduação para atender a demanda do trabalho com adolescentes no sistema socioeducativo, já que esses temas não estiveram presentes na grade dos cursos de psicologia. Nesse sentido, cabe a reflexão sobre a formação dos profissionais da psicologia, que tipo de atuação e quais populações esses profissionais são preparados para atender, a fim de evitar a reprodução do modelo clínico, tradicional e, muitas vezes elitista, que exclui de grande parte da população o direito ao atendimento em saúde mental.

Apesar de possuírem conhecimento das diretrizes de atuação profissional e perceberem de maneira positiva o trabalho realizado, ainda são dispersas as práticas exitosas, ou seja, que trazem os melhores resultados para os adolescentes, de profissionais da psicologia atuantes na socioeducação. Assim, se fazem necessárias pesquisas visando a caracterização destas práticas, que instrumentalizam os profissionais para um trabalho mais efetivo.

Anexo A- Termo de Responsabilidade com a Instituição de Coleta



TERMO DE RESPONSABILIDADE – Nº 12/2019

Nome Completo			
Ariane Rico Gomes			
Nacionalidade		Data de Nascimento	
Brasileira		20/10/194	
RG / RNE	Data da Emissão	Órgão Emissor	
	20/01/2014	SSP	
Estado Civil		Profissão	
Solteira		Psicóloga	
Endereço			
Cidade		Estado	CEP
São Carlos		São Paulo	
Solicito visita na(s) Unidade(s)	Sim	CASA São Carlos	

Declaro, para todos os fins, assumir plena responsabilidade no âmbito civil e criminal por quaisquer danos morais ou materiais que possa causar a terceiros a divulgação de informações contidas em documentos por mim examinados ou por outra forma obtidas (entrevista, conversa informal, etc.) referentes a adolescentes que estejam cumprindo medidas sócio-educativas, sendo necessária autorização da Fundação CASA e, se necessário, do Poder Judiciário, ainda que para fins acadêmicos. Ficam, portanto, o Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania e a Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente exonerados de qualquer responsabilidade relativa a esta minha solicitação.

Declaro, ainda, estar ciente da legislação em vigor atinente ao uso de documentos públicos e/ou informações obtidas por outros meios, em especial com relação aos artigos 138 e 145 (calúnia, injúria e difamação) do Código Penal Brasileiro e aos Artigos 143 e 144 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8069/90.

São Paulo, 26 de dezembro de 2019.

Nome: Ariane Rico Gomes

RG nº _____

Anexo B- Parecer do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA COM ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO

Pesquisador: Alex Sandro Gomes Pessoa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 31256820.4.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.082.579

Apresentação do Projeto:

"São notáveis os avanços no que diz respeito à formulação de leis e diretrizes que garantem a proteção de adolescentes em conflito com a lei. Contudo, são escassas as produções científicas que evidenciam a eficácia do sistema socioeducativo brasileiro, bem como são praticamente inexistentes investigações sobre como tem sido a atuação dos profissionais da psicologia nos contextos de medidas socioeducativas de internação. Com base nestas premissas, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar a atuação dos profissionais de psicologia na Fundação CASA, mais especificamente junto aos serviços prestados nas unidades de internação. Trata-se de um estudo quanti-qualitativo, exploratório-descritivo e com recorte transversal. O estudo será conduzido com profissionais da psicologia que atuam nas 117 unidades do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente do estado de São Paulo - Fundação CASA."

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário: Avaliar a atuação dos profissionais de psicologia na Fundação CASA, mais especificamente junto aos serviços prestados nas unidades de internação. Objetivo Secundário: 1. Caracterizar, do ponto de vista sociodemográfico, os profissionais da psicologia que estão inseridos nas unidades da Fundação CASA (por gênero, idade, declaração étnico-racial, formação profissional, abordagem teórica, tempo de atuação e população que atende); 2. Verificar o conhecimento acerca dos documentos fundamentais para a atuação na Fundação CASA, bem como

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905
UF: SP **Município:** SÃO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 4.082.579

a percepção dos profissionais acerca da importância do seu trabalho;3. Analisar como se constroem diferentes trajetórias de atuação profissional para profissionais da psicologia que atuam na Fundação CASA."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos: Apesar de haverem possibilidades mínimas de risco eminente, o participante pode sentir desconforto ao responder a esse instrumento, e a qualquer momento poderá deixar de responder, sem que haja nenhum prejuízo profissional, em sua relação com a pesquisadora, Fundação Casa, tampouco com a Universidade Federal de São Carlos, sendo seus dados excluídos imediatamente da pesquisa. Benefícios: A participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Psicologia, na medida em que os participantes tiveram sua formação em diferentes instituições de ensino. Também contribuirá para a elaboração de novas políticas públicas destinadas a favorecer o trabalho do profissional da Psicologia no que se refere à socioeducação, atingindo, assim, também a população de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Estado."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresentada no projeto intitulado "ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA COM ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO" situa-se no âmbito da psicologia embora aborde medidas socioeducativas em unidades de internação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram redigidos em consonância com a Resolução CNS Nº 466 de 2012.

Recomendações:

A aplicação do questionário se dará pelo Google Forms e a entrevista será realizada com auxílio do programa NVivo 11. Não havendo implicações das medidas de isolamento social à realização da pesquisa recomenda-se aprovação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa apresentada no projeto intitulado "ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA COM ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
UF: SP Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685 E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 4.082.579

UNIDADES DE INTERNAÇÃO" situa-se no âmbito da psicologia embora aborde medidas socioeducativas em unidades de internação. Os termos de apresentação obrigatória foram redigidos em consonância com a Resolução CNS Nº 466 de 2012.

Não havendo implicações das medidas de isolamento social à realização da pesquisa recomenda-se aprovação.

Pesquisador se comprometeu a encaminhar carta de anuência da instituição coparticipante assim que possível.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1435171.pdf	27/04/2020 10:16:32		Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Carta_de_justificativa.pdf	27/04/2020 10:14:32	Ariane Rico Gomes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Ariane_atualizado.pdf	27/04/2020 10:12:40	Ariane Rico Gomes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Ariane_VF.pdf	27/04/2020 10:10:47	Ariane Rico Gomes	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_Ariane.pdf	27/04/2020 10:09:44	Ariane Rico Gomes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
UF: SP Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685 E-mail: cephumanos@ufscar.br



UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 4.082.579

SÃO CARLOS, 10 de Junho de 2020

Assinado por:
ADRIANA SANCHES GARCIA DE ARAUJO
{Coordenador(a)}

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
UF: SP Município: SÃO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685 E-mail: cephumanos@ufscar.br

Página 04 de 04

Anexo C- Convite para avaliação de conteúdo do instrumento

Convite para avaliação de conteúdo do instrumento

PESQUISA: Análise sobre a atuação de profissionais da psicologia com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em unidades de internação

Mestranda: Ariane Rico Gomes

Orientador: Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa

Prezados(as) Senhores(as),

O presente formulário refere-se a um estudo desenvolvido pela mestranda **Ariane Rico Gomes**, atualmente vinculada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação do **Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa**.

A proposta central da pesquisa é analisar, a partir dos profissionais da Psicologia que atuam nas unidades de internação da Fundação CASA, o conhecimento das diretrizes nacionais de socioeducação e atuação em Psicologia nas unidades de internação, postuladas nos documentos oficiais, bem como a percepção que esses profissionais têm sobre a sua prática e as repercussões na vida dos adolescentes.

Nossa hipótese é que o conhecimento das diretrizes de socioeducação impactam na percepção sobre o trabalho realizado nas unidades de internação. Dessa forma, elaboramos um questionário dividido em cinco seções. A primeira é referente ao conhecimento do profissional sobre as diretrizes do SINASE e a segunda sobre o conhecimento acerca da referência do CFP para atuação do profissional da Psicologia em contexto de privação de liberdade (CREPOP, 2010).

Já a três seções seguintes contém itens referentes à percepção do impacto do trabalho realizado nas unidades de internação, com relação aos adolescentes (seção 3), impacto da formação no trabalho desenvolvido (seção 4) e ambiente de trabalho e relação com a equipe (seção 5).

Reconhecendo a contribuição de seus estudos e a profundidade teórica evidenciada em suas publicações, gostaríamos de convidá-lo(a), na condição de avaliador(a), no procedimento de Análise de Validação de Conteúdo (AVC) do instrumento criado para a pesquisa. Caso você aceite colaborar, solicitaremos que todos os itens do questionário sejam analisados quanto à **Clareza de Linguagem, Pertinência e Relevância teórica**.

Clareza de Linguagem: avaliação quanto aos vocábulos utilizados, atentando-se para questões relativas ao acervo linguístico dos profissionais com diferentes formações que atuam nas unidades de internação. Os grupos serão constituídos por profissionais com ensino superior.

Pertinência: verificar se o item elaborado corresponde fidedignamente à seção em que é apresentada, ou seja, se corresponde ao que se pretende avaliar de forma clara e sem dubiedades, possibilitando a captação da percepção dos participantes.

Relevância Teórica: analisar se o item apresenta explicitamente contribuições significativas para o campo de estudo em que a pesquisa se insere, colaborando na produção de novos conhecimentos e na proposição de futuros recortes investigativos.

Desse modo, como pode ser visualizado no Quadro 1.0, você deverá assinalar, com base nas categorias apresentadas acima, o quanto considera que os itens estão ou não bem formulados.

	Pouquíssima	Pouca	Média	Muita	Muitíssima
Clareza da Linguagem	1	2	3	4	5
Pertinência					
Relevância Teórica					

Quadro 1– Escala para avaliação dos itens em cada seção

Desde já, queremos agradecer sua contribuição. Colocamo-nos à disposição para eventuais questões ou dúvidas que surgirem no decorrer do processo de análise. Esperamos poder compartilhar em breve os resultados desse estudo com você e com toda comunidade acadêmica.

Ariane Rico Gomes

Anexo D- Planilha de avaliação do instrumento

ORIENTAÇÕES PARA PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Caro pesquisador,

Nesse arquivo, constam as 05 (cinco) seções a serem avaliadas. Intencionalmente, submetemos o arquivo na versão compatível com o Word e PDF para que você possa definir a melhor maneira de proceder com a análise³.

Ao finalizar sua análise, solicitamos, gentilmente, que você devolva esse formulário preenchido, para que os pesquisadores responsáveis possam dar início aos procedimentos de validação de conteúdo, que será obtido mediante análises estatísticas. Para tanto, pedimos que as folhas referentes a cada seção do inventário sejam preenchidas e, em seguida, os arquivos submetidos para ariane_rico@hotmail.com, com cópia para arianerico2010@gmail.com.

Mais uma vez, queremos enfatizar nossa satisfação em tê-lo(a) como avaliador de nosso trabalho, especialmente porque sabemos da quantidade de compromissos que você tem. Esperamos que os procedimentos apresentados não sejam abusivos e, tão pouco, demandem esforços excessivos.

Caso você tenha alguma dúvida, por favor, entre em contato. Desde já agradecemos sua contribuição com o nosso trabalho.

³ Caso haja algum problema na formatação das tabelas, por favor, utilizar a versão fornecida em PDF, disponibilizada no e-mail que você recebeu.

Seção I – Conhecimento acerca das políticas de socioeducação e adolescência: nesta seção, estamos considerando itens que estejam relacionados com o conhecimento do profissional sobre o SINASE.

Itens		Clareza de Linguagem	Pertinência	Relevância Teórica
1)	As medidas socioeducativas deveriam punir mais severamente	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
2)	A regionalização dos serviços prestados nas unidades de internação é benéfica aos adolescentes	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
3)	Adolescentes são capazes de responder por seus atos como adultos	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
4)	A educação dos adolescentes deveria ser responsabilidade exclusiva dos pais	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
5)	A vulnerabilidade econômica é um fator de risco para o ato infracional	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
6)	A adolescência é um período naturalmente conturbado	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
7)	Romper com o ato infracional depende da força de vontade dos adolescentes	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
8)	A maneira mais adequada para evitar reincidência é propor medidas mais severas aos adolescentes	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
9)	O trabalho com as famílias é tão importante quanto com os adolescentes	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
10)	O ato infracional é um indício de que o adolescente já não consegue mais conviver em sociedade	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
11)	É importante que o adolescente mantenha o vínculo com a comunidade durante a internação	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
12)	A eficácia da medida socioeducativa fica comprovada quando o adolescente não precise mais de acompanhamento após a internação	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
13)	Para que as intervenções funcionem efetivamente durante a internação, deve-se evitar o contato dos adolescentes com a comunidade	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
14)	As atividades mais importantes desenvolvidas nas unidades de internação são aquelas voltadas ao trabalho manual (como marcenaria e artesanato), pois garantem que o adolescente possa se sustentar quando deixar a unidade de internação	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
15)	O Plano Individual de Atendimento (PIA) deve ser um documento flexível	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
16)	O adolescente cumprindo medida de internação tem o direito de se recusar a realizar atividades escolares	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
17)	A redução da maioridade penal é benéfica, pois os adolescentes estão incontroláveis atualmente	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)

18)	Quanto maior o tempo de internação, melhor é o trabalho desenvolvido com os adolescentes	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
-----	--	---------------------	---------------------	---------------------

Caso você queira fazer algum comentário sobre os itens analisados, por favor, escreva o número correspondente e, sem seguida, apresente suas sugestões:

Seção II – Conhecimento acerca da referência para atuação profissional em contexto de privação de liberdade: nesta seção, estamos considerando itens que estejam relacionados com o conhecimento do profissional sobre a referência do CREPOP (2010).

	Itens	Clareza de Linguagem	Pertinência	Relevância Teórica
1)	O profissional da Psicologia deve atuar visando a modificação o comportamento do adolescente	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
2)	Cabe ao profissional da psicologia reportar eventuais irregularidades na unidade	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
3)	Às vezes, os profissionais da psicologia precisam ser mais agressivo para conter os adolescentes	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
4)	Os adolescentes que cometem atos infracionais graves são naturalmente violentos	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
5)	A principal função do profissional da psicologia nas unidades de internação é a realização de laudos judiciais	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
6)	O profissional da Psicologia deve ter um protocolo único de atendimento, que seja aplicável a todos os adolescentes da unidade	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
7)	O profissional da Psicologia deve priorizar o atendimento individual dos adolescentes	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
8)	A elaboração do PIA é uma função exclusiva do profissional da Psicologia	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
9)	É recomendado que sejam propostas de atividades grupais para adolescentes que cumprem medidas de internação	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)

10)	Não é função do profissional da Psicologia atuar juntos às famílias que possuem adolescentes nas unidades de internação	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
11)	Cada profissional da Psicologia tem autonomia para elaborar sua intervenção de acordo com seu aporte teórico	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
12)	O Conselho Federal de Psicologia oferece diretrizes para a atuação dos profissionais da Psicologia nas unidades de internação	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)

Caso você queria fazer algum comentário sobre os itens analisados, por favor, escreva o número correspondente e, sem seguida, apresente suas sugestões:

Seção III - Afirmações sobre a percepção do profissional do trabalho desenvolvido nas unidades de internação com relação aos adolescentes e atividades propostas

	Itens	Clareza de Linguagem	Pertinência	Relevância Teórica
1)	Eu consigo facilmente criar vínculo com os adolescentes	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
2)	Eu sinto que os adolescentes me respeitam	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
3)	Os adolescentes me contam coisas que consideram importantes para eles	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
4)	Sinto que meu trabalho é importante para mudar a realidade dos adolescentes	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
5)	Os adolescentes se interessam pelas atividades que eu proponho	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
6)	Os adolescentes percebem a importância do meu trabalho	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
7)	Os adolescentes avaliam de maneira positiva as atividades que eu proponho	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)

8)	Sinto que sou capaz de mudar a dinâmica familiar dos adolescentes	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
9)	Acredito que o trabalho que eu desenvolvo com os adolescentes contribua de maneira efetiva para evitar reincidência	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
10)	Consigo alcançar meus objetivos nas atividades que proponho	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
11)	As atividades que eu proponho fortalecem o vínculo sociais dos adolescentes	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)

Caso você queria fazer algum comentário sobre os itens analisados, por favor, escreva o número correspondente e, sem seguida, apresente suas sugestões:

Seção IV - Afirmções sobre a percepção do profissional do trabalho desenvolvido nas unidades de internação com relação ao impacto da formação no trabalho desenvolvido

	Itens	Clareza de Linguagem	Pertinência	Relevância Teórica
1)	Me sinto capacitado (a) academicamente para lidar com os desafios do meu trabalho	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
2)	O conhecimento adquirido na graduação é relevante para que eu execute meu trabalho	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
3)	As atividades de formação (palestras, cursos, etc) ofertadas pela Fundação CASA são relevantes para qualificar minha atuação profissional	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)
4)	As atividades de formação (palestras, cursos, congressos, etc) que realizei em outros espaços foram relevantes para qualificar minha atuação profissional	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)	(1) (2) (3) (4) (5)

Caso você queria fazer algum comentário sobre os itens analisados, por favor, escreva o número correspondente e, sem seguida, apresente suas sugestões:

Anexo E- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Ariane Rico Gomes, mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar convido você a participar desta pesquisa orientada pelo Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa.

Este estudo tem como objetivo verificar como se dá a atuação de profissionais da Psicologia nas Unidades de Internação da Fundação Casa, caracterizando em aspectos sociodemográficos, de formação, conhecimento e percepção do trabalho realizado nessas unidades.

O estudo está organizado em duas etapas, sendo que na primeira todos os profissionais que concordarem em participar da pesquisa responderão a um questionário via Google Forms. Já na segunda etapa, somente alguns profissionais serão selecionados a responder a uma entrevista semiestruturada, de acordo com as respostas ao questionário do estudo 1.

De acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, é garantido o sigilo de informações e divulgação de resultados individuais dos participantes. Caso você queira, poderá solicitar seus resultados individuais e o resultado geral do estudo, pelo endereço de e-mail disponível nesse termo. Cabe lembrar que esses resultados serão enviados somente ao término da pesquisa.

Apesar de haverem possibilidades mínimas de risco eminente, você pode sentir desconforto ao responder a esse instrumento, e a qualquer momento poderá deixar de responder, sem que haja nenhum prejuízo profissional em sua relação com a pesquisadora, Fundação Casa, tampouco com a Universidade Federal de São Carlos, sendo seus dados excluídos imediatamente da pesquisa.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Psicologia, na medida em que os participantes tiveram sua formação em diferentes instituições de ensino. Também contribuirá para a elaboração de novas políticas públicas destinadas a favorecer o trabalho do profissional da

Psicologia no que se refere à socioeducação, atingindo também a população de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Estado.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se com a pesquisadora pelo e-mail ariane_rico@hotmail.com ou contatar diretamente o Prof. Dr. Alex Sandro Gomes pessoa, pelo telefone (16) 3351-8361.

1. Declaro que entendi os riscos e benefícios da pesquisa

Sim Não

2. Entendo que minha identidade será mantida em sigilo, acessível somente aos pesquisadores envolvidos.

Sim Não

3. Entendo que poderei desistir de minha participação a qualquer momento e sem nenhum ônus.

Sim Não

4. Autorizo a divulgação e publicação das informações, desde que mantido o sigilo e anonimato.

Sim Não

5. Concordei com todos os termos anteriores e quero continuar minha participação.

Sim Não

Anexo F- Questionário de Atuação e Percepção do trabalho realizado em Unidades de Internação

Seção 1: Dados sociodemográficos

1. Com qual gênero você se identifica?
 Masculino Feminino Transgênero
 Não binário Prefiro não declarar

2. Qual é a sua idade? (Por favor, responda somente números) _____

3. Qual a sua identificação étnico-racial?
 Branca Preta Parda
 Amarela/asiática Indígena Outra

4. Qual o seu estado civil?
 Solteira(o) Casada(o)/ união estável Divorciada(o)
 Viúva(o) Outro

5. Você possui filhos?
 Não Sim, 1 Sim, 2
 Sim, 3 Sim, 4 ou mais

6. Em qual unidade da Fundação Casa você está atualmente? _____

7. Há quanto tempo você atua na Fundação Casa? (considere todas as unidades em que você já atuou, em anos e meses) _____

8. Qual é sua renda salarial mensal?

- Menos de R\$ 1045,00 Entre R\$ 1045,00 e R\$ 2090,00
 Entre R\$ 2091,00 e R\$ 3135,00 Entre R\$ 3136,00 e R\$ 4180,00
 Entre R\$ 4181,00 e R\$ 5225,00 Entre R\$ 5226,00 e R\$ 7315,00
 Entre R\$ 7316,00 e R\$ 9405,00 Mais de 10 mil reais

9. Qual é o seu regime de trabalho?

- Concursado Contrato temporário
 MEI (microempreendedor individual) Outro

10. Qual é sua carga horária semanal?

- Menos de 20 horas 20 horas 30 horas
 40 horas Mais de 40 horas

Seção 2- Formação profissional

1. Há quanto tempo você concluiu sua graduação em Psicologia? _____
2. Em que tipo Instituição de Ensino Superior você se graduou?
- Pública Privada
3. Em sua grade curricular haviam disciplinas específicas sobre políticas públicas?
(marque mais de uma opção se for necessário)
- Não Sim, uma disciplina obrigatória
 Sim, duas ou mais disciplinas obrigatórias Sim, uma disciplina optativa
 Sim, duas ou mais disciplinas optativas
4. Caso você tenha respondido sim à questão anterior, escreva o(s) nome(s) da(s) disciplina(s) no espaço abaixo.
- _____

5. Em sua grade curricular haviam disciplinas específicas sobre socioeducação?
(marque mais de uma opção se for necessário)

- Não Sim, uma disciplina obrigatória
- Sim, duas ou mais disciplinas obrigatórias Sim, uma disciplina optativa
- Sim, duas ou mais disciplinas optativas

6. Caso você tenha respondido sim à questão anterior, escreva o(s) nome(s) da(s) disciplina(s) no espaço abaixo.

7. Com qual abordagem da Psicologia você mais se identifica?

- Psicanálise Análise do Comportamento
- Cognitivo-comportamental Psicologia Social
- Psicologia Histórico-cultural Psicodrama
- Gestalt Outra

8. Você realiza ou realizou alguma pós-graduação? Caso necessário, você pode marcar mais de uma alternativa.

- Não Especialização (Lato sensu)
- Mestrado Doutorado
- Pós-doutorado Outras

Seção 3- *Conhecimento teórico e prático das diretrizes de atuação*

Abaixo, você encontrará diversas afirmações. Responda cada afirmativa de acordo com seu nível de concordância com a sentença.

LEMBRE-SE: é de extrema importância que você responda honestamente, de acordo com a sua percepção.

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
As medidas socioeducativas deveriam punir mais severamente					
A regionalização dos serviços prestados nas unidades de internação favorece a manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários					
Adolescentes são capazes de responder por seus atos como adultos					
A educação dos adolescentes deveria ser responsabilidade exclusiva dos pais					
A vulnerabilidade econômica é um fator de risco para a prática de ato infracional por adolescentes					
A adolescência é um período naturalmente conturbado					
Uma mudança na trajetória de engajamento em prática de atos infracionais depende da força de vontade dos adolescentes					
A maneira mais adequada para evitar reincidência é propor medidas mais severas aos adolescentes					
O trabalho com as famílias é tão importante quanto com os adolescentes					
O ato infracional é um indício de que o adolescente já não consegue mais conviver em sociedade					
É importante que o adolescente mantenha o vínculo com a comunidade durante a internação socioeducativa					
A eficácia da internação fica comprovada quando o adolescente não precise mais de acompanhamento após a medida socioeducativa					
Para que as intervenções funcionem efetivamente durante a internação, deve-se evitar o contato dos adolescentes com a comunidade					
As atividades mais importantes desenvolvidas nas unidades de internação são aquelas voltadas ao trabalho manual (como marcenaria e artesanato), pois garantem que o adolescente possa se sustentar quando deixar a instituição					

O Plano Individual de Atendimento (PIA) deve ser um documento flexível					
O adolescente cumprindo medida de internação tem o direito de se recusar a realizar atividades escolares					
A redução da maioridade penal é alternativa eficaz para diminuir a prática de atos infracionais por adolescentes, pois eles estão incontroláveis atualmente					
Quanto maior o tempo de internação, maiores as chances de que a medida socioeducativa tenha sido aplicada e executada de forma adequada					
O profissional da Psicologia deve atuar visando a modificação o comportamento do adolescente					
Cabe ao profissional da psicologia reportar eventuais irregularidades na unidade					
Às vezes, os profissionais da psicologia precisam ser mais agressivos para conter os adolescentes					
Os adolescentes que cometem atos infracionais graves são naturalmente violentos					
A principal função do profissional da psicologia nas unidades de internação é a avaliação dos adolescentes para a elaboração de relatórios/laudos.					
O profissional da Psicologia deve ter um protocolo único de atendimento, que seja aplicável a todos os adolescentes da unidade					
O profissional da Psicologia deve priorizar o atendimento individual dos adolescentes					
A elaboração do PIA é uma função exclusiva do profissional da Psicologia					
É recomendado que sejam propostas atividades grupais para adolescentes que cumprem medidas de internação					
Não é função do profissional da Psicologia atuar junto às famílias que possuem adolescentes nas unidades de internação					
Cada profissional da Psicologia tem autonomia para elaborar sua intervenção de acordo com seu aporte teórico, desde que reconhecido pela comunidade científica e profissional					

O Conselho Federal de Psicologia oferece diretrizes para a atuação dos profissionais da Psicologia nas unidades de internação					
---	--	--	--	--	--

Seção 4- *Percepção sobre a própria atuação*

	Discordo totalmente	Discordo	Não Concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Eu consigo facilmente criar vínculo com os adolescentes					
Eu sinto que os adolescentes me respeitam					
Os adolescentes me contam coisas que consideram importantes para eles					
Sinto que meu trabalho é importante para mudar a realidade dos adolescentes					
Os adolescentes se interessam pelas atividades que eu proponho					
Os adolescentes percebem a importância do meu trabalho					
Os adolescentes avaliam de maneira positiva as atividades que eu proponho					
Sinto que sou capaz de mudar a dinâmica familiar dos adolescentes					
Acredito que o trabalho que eu desenvolvo com os adolescentes contribua de maneira efetiva para evitar reincidência					
Conseguo alcançar meus objetivos nas ações que desenvolvo profissionalmente					
A minha atuação profissional contribui para fortalecer os vínculos sociais dos adolescentes					
Me sinto capacitado (a) academicamente para lidar com os desafios do meu trabalho					
O conhecimento adquirido na graduação é relevante para que eu execute meu trabalho					
As atividades de formação (palestras, cursos, etc) ofertadas pela Fundação CASA são relevantes para qualificar minha atuação profissional					
As atividades de formação (palestras, cursos, congressos, etc) que realizei em outros espaços foram relevantes para qualificar minha atuação profissional					
Sinto que sou ouvido(a) pela maioria das pessoas da unidade em que atuo					

Percebo que minhas ideias contribuem com o desenvolvimento do trabalho da equipe em que atuo					
Sinto que meu trabalho é valorizado pela equipe que atua na unidade					
Me sinto sobrecarregado(a) com o trabalho que realizo					
Minha equipe contribui para tornar meu trabalho menos estressante					
Sinto que minha equipe confia em mim para a resolução de conflitos					